

PARA ALÉM DA TOLERÂNCIA: MONITORIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MINORIAS SEXUAIS E DE GÊNERO EM ANGOLA E MOÇAMBIQUE

ÍNDICE

LISTA DE ABREVIATURAS.....	
CONTEXTUALIZAÇÃO	
INTRODUÇÃO	
CAPÍTULO I - PRIMEIRA FASE DO PROJECTO	
Formação de Activistas em Investigação Social	
Metodologia e Estrutura dos Módulos.	
Participantes e Localidades (Luanda e Maputo)	
Construção de Movimento Transnacional	
Lições Aprendidas	
Desafios durante a fase inicial	
Recomendações	
CAPÍTULO II - Segunda Fase do Projecto	
Metodologia dos Focus Groups	
Sessões de Conversa	
Sessão 1: (In)Segurança	
Sessão 2: Activismo e Insegurança	
Sessão 3: Tolerância I.....	
Sessão 4: Tolerância II.....	
Sessão 5: Violência I.....	
Sessão 6: Violência II.....	
Sessão 7: Quadro Legal.....	
Sessão 8: Mecanismos de Reporte.....	
CAPÍTULO III - ANÁLISE JURÍDICA.....	
Para Além Da Tolerância: Uma Análise Geral da Violência Contra as Minorias Sexuais e de Género.....	
Constituição da República de Angola.....	
O Código Penal Angolano - Protecção (ou Omissão) às Minorias Sexuais e de Género	
Lei contra a Violência Doméstica e sua Relevância para Pessoas LGBTQIA.....	
A Violência contra Pessoas LGBTQIA+ como Reflexo da Exclusão Sistémica e da Luta por Reconhecimento de Direitos	
O Papel do Direito Internacional dos Direitos Humanos	
Angola é um País Tolerante?	
O Futuro das Minorias Sexuais e de Género em Angola	
Para Além da Tolerância: A Proposta de Reconhecimento Pleno	
CONCLUSÃO	
RECOMENDAÇÕES GERAIS	
REFERÊNCIAS LEGISLATIVAS E DOUTRINÁRIAS.....	

LISTA DE ABREVIATURAS

LBTI – Lésbicas, Bissexuais, Transgénero e Intersexo

LGBTIQ+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Intersexo, Queer e outras identidades

LBQ – Lésbicas, Bissexuais e Queers

MESTA – Movimento Eu Sou Trans Angola

ATSA – Aliança de Trabalhadores de Sexo de Angola

MT – Trabalhadoras de Sexo de Angola

MLC – Movimento Lesbiandade Consciente

AIA – Arquivo de Identidade Angolano

ONU – Organização das Nações Unidas

CRA – Constituição da República de Angola

CPA – Código Penal Angolano

MASFAMU – Ministério da Ação Social, Família e Promoção da Mulher

P – Página

INDEX

LIST OF ABBREVIATIONS.....	
CONTEXTUALIZATION.....	
INTRODUCTION.....	
CHAPTER I – FIRST PHASE OF THE PROJECT.....	
Training of Activists in Social Research.....	
Methodology and Structure of Modules.....	
Participants and Locations (Luanda and Maputo).....	
Transnational Movement Building.....	
Lessons Learned.....	
Challenges during the initial phase.....	
Recommendations.....	
CHAPTER II – Second Phase of the Project.....	
Focus Group Methodology.....	
Conversation Sessions.....	
Session 1: (In)Security.....	
Session 2: Activism and Insecurity	
Session 3: Tolerance I	
Session 4: Tolerance II	
Session 5: Violence I	
Session 6: Violence II	
Session 7: Legal Framework	
Session 8: Reporting Mechanisms	
CHAPTER III – LEGAL ANALYSIS	
Beyond Tolerance: A General Analysis of Violence Against Sexual and Gender Minorities.....	
Constitution of the Republic of Angola	
The Angolan Penal Code – Protection (or Omission) of Sexual and Gender Minorities	
Law against Domestic Violence and its Relevance for LGBTQIA People	
Violence against LGBTQIA+ People as a Reflection of Systemic Exclusion	
and the Struggle for Recognition of Rights	
The Role of International Human Rights Law	
Is Angola a Tolerant Country?	
The Future of Sexual and Gender Minorities in Angola	
Beyond Tolerance: The Proposal for Full Recognition	
CONCLUSION	
GENERAL RECOMMENDATIONS	
LEGISLATIVE AND DOCTRINAL REFERENCES	

LIST OF ABBREVIATIONS

LBTI – Lesbian, Bisexual, Transgender and Intersex

LGBTIQ+ – Lesbian, Gay, Bisexual, Trans, Intersex, Queer and other identities

LBQ – Lesbians, Bisexuals and Queers

MESTA – I Am Trans Angola Movement

ATSA – Angola Sex Workers Alliance

MT – Sex Workers of Angola

MLC – Conscious Lesbian Movement

AIA – Angolan Identity Archive

UN – United Nations

CRA – Constitution of the Republic of Angola

CPA – Angolan Penal Code

MASFAMU – Ministry of Social Action, Family and Women's Promotion

P – Page

CONTEXTUALIZAÇÃO

Em muitos países da África Austral, as minorias sexuais e de género enfrentam desafios significativos devido à criminalização e à marginalização social de suas identidades. A falta de dados concretos e bem documentados sobre as experiências dessas comunidades é uma das principais barreiras para o desenvolvimento de políticas públicas eficazes e a implementação de estratégias de protecção. Nesse sentido, a pesquisa e a produção de conhecimento sobre as realidades das comunidades LGBTQI+ tornam-se essenciais para contestar a desinformação, combater preconceitos e fornecer evidências que sustentem a defesa dos direitos humanos.

A necessidade de uma resposta estruturada a essa realidade levou à criação de iniciativas que visam não só a sensibilização, mas também o empoderamento de activistas e organizações locais através da formação em métodos de investigação social. A construção de arquivos e da memória institucional é enfatizada como estratégia para a preservação da história e da luta dessas comunidades.

Embora Angola e Moçambique tenham avançado em marcos jurídicos como a revogação dos artigos de “vícios contra a natureza” em Angola (2019) e a descriminalização da homossexualidade em Moçambique (2015) a realidade quotidiana das comunidades LGBTQI+ revela uma distância significativa entre a lei escrita e a vida prática. O discurso de “tolerância” muitas vezes funciona como uma camada superficial que encobre práticas persistentes de violência, discriminação e exclusão.

Em Angola, apesar de avanços legais, episódios de violência física e simbólica continuam recorrentes. Relatos de jovens expulsos de casa por familiares ao revelarem a sua orientação sexual, agressões em espaços públicos contra casais do mesmo sexo e o uso de insultos homofóbicos no ambiente escolar e laboral são exemplos de como a sociedade permanece hostil. Em 2022, organizações locais documentaram casos de detenções arbitrárias de pessoas LGBTQI+ por “conduta imoral”, demonstrando a permanência de práticas policiais abusivas e discriminatórias, mesmo após a mudança do quadro legal. Em Moçambique, a descriminalização não se traduziu automaticamente em protecção efectiva.

Muitos activistas e cidadãos LGBTQI+ ainda enfrentam perseguições no seio das suas comunidades. Casos de violência correctiva em que mulheres lésbicas foram forçadas a “provar a sua feminilidade” através de estupro colectivo foram denunciados em Maputo e em províncias rurais, mas continuam invisibilizados devido à ausência de mecanismos de denúncia seguros e à relutância das autoridades em tratar esses crimes como violações de direitos humanos. Além disso, persistem relatos de exclusão de pessoas trans no acesso a serviços básicos de saúde, principalmente quando necessitam de cuidados relacionados à sua identidade de género.

Outro fator central é a marginalização institucional: associações LGBTQI+ em ambos os países enfrentam dificuldades no seu registo legal como organizações da sociedade civil, o que limita o acesso a financiamento, a participação em fóruns oficiais e a capacidade de desenvolver programas de protecção. Esse bloqueio reflete a resistência do Estado em reconhecer plenamente a cidadania dessas comunidades.

Assim, Angola e Moçambique exemplificam a lógica da “tolerância condicional”: em discursos oficiais e jurídicos, há avanços, mas no campo social e prático, a homossexualidade continua a ser alvo de exclusão, violência e estigmatização. Essa contradição mostra que a verdadeira aceitação e inclusão ainda estão distantes, reforçando a necessidade de recolher dados, documentar casos e produzir memória social para sustentar o combate contra a homofobia estrutural

CONTEXTUALIZATION

In many Southern African countries, sexual and gender minorities face significant challenges due to the criminalization and social marginalization of their identities. Lack of concrete and well-documented data on the experiences of these communities is one of the main barriers to the development of effective public policies and the implementation of protection strategies. Therefore, research and knowledge production on the realities of LGBTQI+ communities become essential to challenge misinformation, combat prejudice, and provide evidence to support the defense of human rights.

The need for a structured response to this reality has led to the creation of initiatives aimed not only at raising awareness but also at empowering local activists and organizations through training in social research methods. The construction of archives and institutional memory is emphasized as a strategy for preserving the history and struggles of these communities.

INTRODUÇÃO

O projecto “Para Além da Tolerância: Monitorização da Violência Contra as Minorias Sexuais e de Género em Angola e Moçambique”, financiado pela The Other Foundation e implementado pelo Arquivo de Identidade Angolano (AIA) em parceria com a Transformar, surge nesse contexto de crescente violência e discriminação contra as minorias sexuais e de género, especialmente nas comunidades Transgénero e LBQ de Angola e Moçambique.

A primeira fase do projecto teve como objectivo criar as bases para uma rede transnacional entre organizações transgénero e LBQ em Angola e Moçambique, promovendo a formação de activistas em métodos de pesquisa, a fim de que esses agentes sociais se tornem capazes de produzir dados e conhecimentos sobre a violência e discriminação vivenciadas por estas minorias. Além disso, foi enfatizada a importância da construção de arquivos e da memória institucional, estratégias que permitem

a preservação da história e da luta dessas comunidades.

A segunda fase do projecto apresenta uma análise detalhada de oito sessões de focus group realizadas em Angola, no ano de 2024, com o objectivo de mapear as experiências de violência e discriminação enfrentadas pelas mulheres LGBTI (lésbicas, bissexuais, transgénero e intersexo). As discussões focaram-se em desafios quotidianos relacionados à violência física, psicológica e discriminação social que essas mulheres enfrentam no país.

Além disso, o relatório destaca as necessidades e prioridades de advocacia e políticas públicas com base nas observações feitas nas discussões. Este exercício identificou lacunas importantes nos sistemas jurídicos e institucionais de Angola, Além disso, o relatório destaca as necessidades e prioridades de advocacia e políticas públicas com base nas observações feitas nas

discussões. Este exercício identificou lacunas importantes nos sistemas jurídicos e institucionais de Angola, As principais recomendações surgiram dessas discussões e visam fortalecer a defesa dos direitos dessas mulheres, incluindo sugestões de melhorias nas políticas públicas e no quadro legal que regula as questões de género e sexualidade.

E, por fim, examinamos os marcos legais nacionais e internacionais que tratam da protecção das minorias sexuais e de género em Angola. Por meio de uma leitura crítica da Constituição, do Código Penal, da Lei contra a Violência Doméstica e dos tratados internacionais ratificados pelo país, analisamos até que ponto o ordenamento jurídico angolano enfrenta — ou ignora — a violência e a exclusão que marcam o quotidiano dessas populações.

INTRODUCTION

The project "Beyond Tolerance: Monitoring Violence Against Sexual and Gender Minorities in Angola and Mozambique", funded by The Other Foundation and implemented by the Angolan Identity Archive (AIA) in partnership with Transformar, arises in this context of growing violence and discrimination against sexual and gender minorities, especially in the Transgender and LBQ communities of Angola and Mozambique.

The first phase of the project aimed to lay the foundations for a transnational network between transgender and LGBTQ organizations in Angola and Mozambique, promoting the training of activists in research methods so that these social agents can produce data and knowledge about the violence and discrimination experienced by these minorities. Furthermore, the importance of building archives and institutional memory was emphasized, strategies that allow for the preservation of the history and struggle of these communities.

The second phase of the project presents a detail-

analysis of eight focus group sessions held in Angola in 2024, aiming to map the experiences of violence and discrimination faced by LGBTI (lesbian, bisexual, transgender, and intersex) women. The discussions focused on the daily challenges related to physical and psychological violence and social discrimination that these women face in the country.

Furthermore, the report highlights advocacy and public policy needs and priorities based on the observations made during the discussions. This exercise identified significant gaps in Angola's legal and institutional systems that affect the protection of sexual and gender minorities, particularly LGBTI women. Key recommendations emerged from these discussions and aim to strengthen the defense of these women's rights, including suggestions for improvements in public policies and the legal framework regulating gender and sexuality issues.

Finally, we examine the

national and international legal frameworks that address the protection of sexual and gender minorities in Angola. Through a critical reading of the Constitution, the Penal Code, the Law Against Domestic Violence, and international treaties ratified by the country, we analyze the extent to which the Angolan legal system confronts—or ignores—the violence and exclusion that characterize the daily lives of these populations.



1. Formação De Activistas Em Investigação Social

Training of Activists in Social Research

Em face da crescente desinformação, ignorância e preconceito LGBTIQ-fóbico, as práticas de investigação e o desenvolvimento de conhecimento têm se mostrado aliados cruciais no activismo LGBTIQ+. Na região da África Austral, movimentos e colectivos LGBTIQ+ têm consistentemente investido na produção de conhecimento e na colecta de provas sobre suas experiências colectivas, corpos e subjectividades. No entanto, muitos projectos de investigação passados e actuais sobre género e sexualidade em África, frequentemente financiados por doadores internacionais e instituições públicas e privadas de pesquisa, são elaborados sem a participação activa das comunidades directamente afectadas.

In the face of growing misinformation, ignorance, and LGBTIQ-phobic prejudice, research practices and knowledge development have proven to be crucial allies in LGBTIQ+ activism. In the Southern African region, LGBTIQ+ movements and collectives have consistently invested in knowledge production and evidence gathering about their collective experiences, bodies, and subjectivities. However, many past and current research projects on gender and sexuality in Africa, often funded by international donors and public and private research institutions, are designed without the active participation of directly affected communities.

1.1. Objectivo da Formação: Training Objective

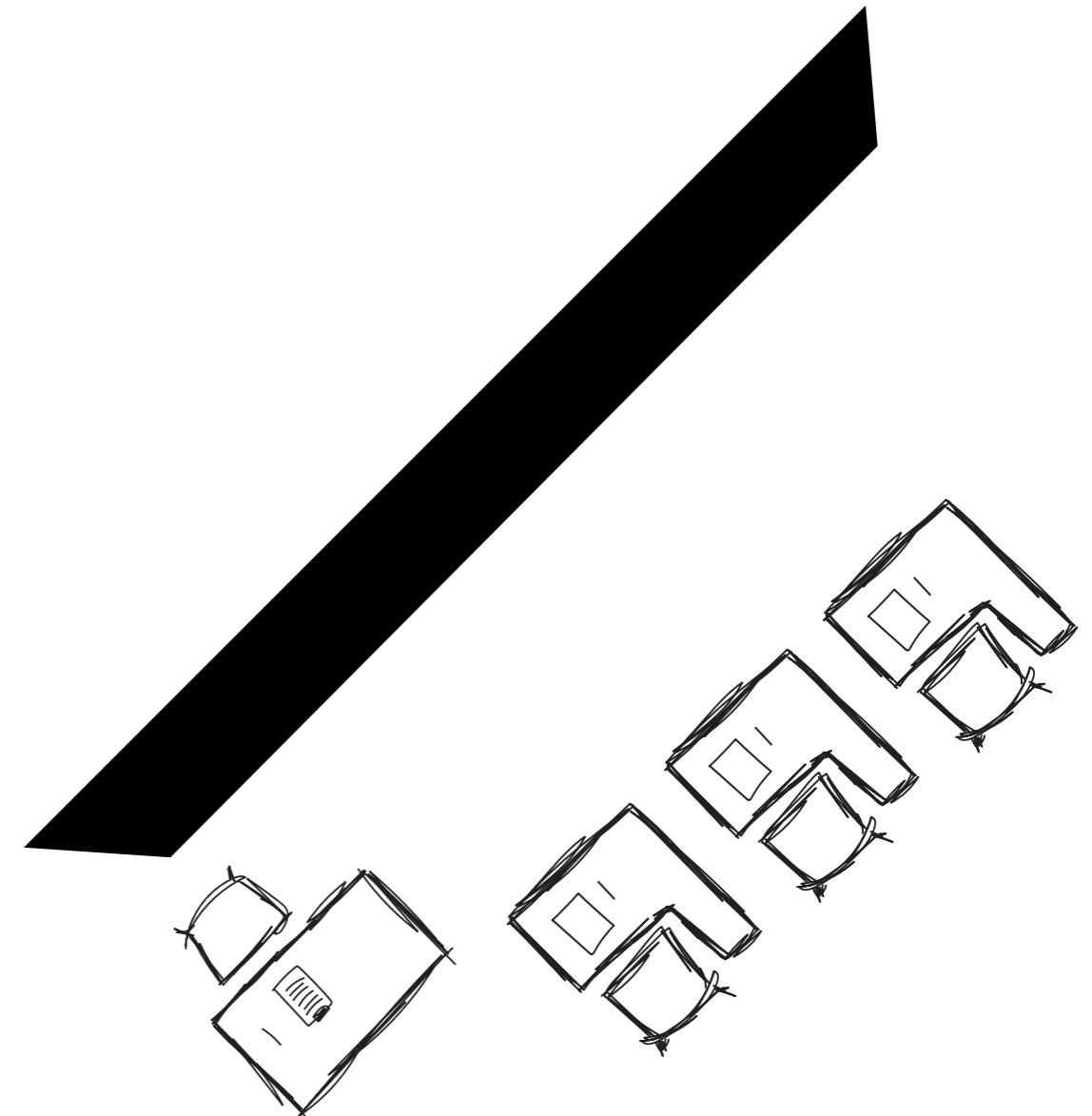
Para combater essa lacuna e garantir que as comunidades LGBTIQ+ sejam protagonistas da sua própria pesquisa, as organizações responsáveis por este projecto consideraram essencial oferecer aos activistas LGBTIQ+ e seus parceiros uma introdução prática às metodologias de investigação social. O objectivo foi capacitar os activistas para poderem responder de forma mais eficaz à crescente demanda por conhecimento, provas e conteúdos informados sobre suas realidades.

To address this gap and ensure that LGBTIQ+ communities are protagonists in their own research, the organizations behind this project considered it essential to provide LGBTIQ+ activists and their partners with a practical introduction to social research methodologies. The goal was to empower activists to respond more effectively to the growing demand for knowledge, evidence, and content informed by their realities.

1.2. Detalhes da Formação: Training Details:

A formação ocorreu em duas cidades da África Austral, Luanda (Angola) e Maputo (Moçambique), e foi dividida em módulos temáticos, abordando diversas metodologias de investigação social. As sessões formativas buscaram proporcionar uma compreensão prática das abordagens de pesquisa aplicáveis às realidades LGBTIQ+.

The training took place in two cities in Southern Africa, Luanda, Angola, and Maputo, Mozambique, and was divided into thematic modules, addressing various social research methodologies. The training sessions aimed to provide a practical understanding of research approaches applicable to LGBTIQ+ realities.



2. Metodologia E Estrutura Dos Módulos

Methodology and Structure of Modules

2.1. Módulos Incluídos na Formação:

Modules Included in the Training



2.1.2. Formação em Luanda:

Training in Luanda



Data: 14 a 18 de Agosto de 2023

Duração das sessões: Cerca de 3 horas diárias

Participantes: 23 activistas LGBTQI+ de várias organizações, incluindo: Associação Íris Angola; Arquivo de Identidade Angolano (AIA); Movimento Eu Sou Trans Angola (MESTA); Mulheres de Coração; Aliança de Trabalhadores de Sexo de Angola (ATSA); Transformar Angola; Colectivo Des-colorir; Movimento Lesbiidade Consciente (MLC); Trabalhadoras de Sexo de Angola (MT); Transformar (TransMoz Moçambique); Activistas Independentes.

Date: August 14-18, 2023

Duration of sessions: Approximately 3 hours daily

Participants: 23 LGBTQI+ activists from various organizations, including: Associação Íris Angola; Angolan Identity Archive (AIA); I Am Trans Angola Movement (MESTA); Women of Heart; Alliance of Sex Workers of Angola (ATSA); Transform Angola; Des-colorir Collective; Conscious Lesbian Movement (MLC); Sex Workers of Angola (MT); Transform (TransMoz Mozambique); Independent Activists.

2.1.3. Formação em Maputo:

Training in Maputo



Data: 19 a 20 de Setembro de 2023

Duração das sessões: 6 horas diárias, divididas entre manhã e tarde

Motivação para a duração reduzida: recomendação do parceiro moçambicano, que acreditava que uma formação mais curta seria mais eficaz, dada a prática local de intervenções intensivas e de curta duração.

Participantes: 17 activistas LGBTQI+ representando as seguintes organizações: Kutchindza; Transformar; Plataforma de Direitos; Por Ela; Ungagodoli; Lambda; AIA.

Date: September 19-20, 2023

Duration of sessions: 6 hours daily, divided between morning and afternoon

Motivation for reduced duration: recommendation from the Mozambican partner, who believed that shorter training would be more effective, given the local practice of intensive, short-term interventions.

Participants: 17 LGBTQI+ activists representing the following organizations: Kutchindza; Transform; Rights Platform; For Her; Ungagodoli; Lambda; AIA.

2.1.4. Ministrante da Formação:

Training Instructor:

A formação foi conduzida pelo Dr. Caio Simões de Araújo, Investigador da Other Foundation e da Universidade do Cabo Ocidental, que desempenhou um papel essencial no desenvolvimento e entrega dos módulos. O processo contou ainda com o valioso contributo das ajudantes de investigação Líria de Castro, analista de relações internacionais e actual directora-geral do colectivo feminista LGBTIQ+ AIA e Pepetsa.

Fumo, directora-geral da organização Transformar, cuja colaboração foi fundamental para o êxito da iniciativa.

Esta formação em metodologias de investigação social foi uma resposta importante à crescente necessidade de capacitação dos ativistas LGBTIQ+ para poderem desenvolver pesquisas que reflitam com precisão suas realidades e experiências. Ao proporcionar uma introdução prática e abrangente às metodologias de investigação, a formação visa fortalecer o movimento LGBTIQ+ e garantir que as vozes e as experiências dessas comunidades sejam devidamente reconhecidas e documentadas.

The training was led by Dr. Caio Simões de Araújo, a researcher at the Other Foundation and the University of the Western Cape, who played a key role in developing and delivering the modules. The process also benefited from valuable contributions from research assistants Líria de Castro, an international relations analyst and current director-general of the feminist collective LGBTIQ+ AIA and Pepetsa.

Fumo, general director of the Transformar organization, whose collaboration was fundamental to the success of the initiative.

This training in social research methodologies was an important response to the growing need for training among LGBTIQ+ activists to develop research that accurately reflects their realities and experiences. By providing a practical and comprehensive introduction to research methodologies, the training aims to strengthen the LGBTIQ+ movement and ensure that the voices and experiences of these communities are properly recognized and documented.

2.1.4. Metodologia da Formação:

A formação foi estruturada em cinco dias de actividades práticas e teóricas. Os módulos abordaram uma variedade de tópicos essenciais para a formação dos activistas:

Dia 1: Introdução à Investigação Social

- *O que é o conhecimento? O que é a epistemologia?
- *O que é a investigação social? Introdução aos conceitos básicos.
- *Métodos de investigação e ética na investigação.
- *Direitos e deveres dos investigadores, colaboradores e interlocutores em projectos de investigação.

Dia 2: Investigação Quantitativa

- *Conceitos e métodos de investigação quantitativa.
- *Amostragem, implementação, estatística e interpretação de dados.
- *Noções básicas de Excel para a representação de dados.

Dia 3: Investigação Qualitativa

- *O que é o conhecimento? O que é a epistemologia?
- *O que é a investigação social? Introdução aos conceitos básicos.
- *Métodos de investigação e ética na investigação.
- *Direitos e deveres dos investigadores, colaboradores e interlocutores em projectos de investigação.

Dia 4: Investigação Histórica e Arquivística

- *O que é um ficheiro? Tipos de investigação histórica e arquivística.
- *Como construir e preservar um arquivo?
Por que construir e preservar um arquivo
- *Recolher, preservar e organizar dados
- *Estratégias de auto-arquivamento para organizações LGBTIQ+.
- *Arquivamento como monitorização e construção de memória institucional.

Dia 5: Construção de Projetos de Investigação

- *Como construir um projecto de investigação e elaborar uma candidatura a financiamento.
- *Exercício prático: elaboração de uma inscrição na Other Foundation

Training Methodology:

The training was structured over five days of practical and theoretical activities. The modules covered a variety of topics essential for activist training:

Day 1: Introduction to Social Research

- *What is knowledge? What is epistemology?
- *What is social research? Introduction to basic concepts.
- *Research methods and research ethics.
- *Rights and duties of researchers, collaborators and interlocutors in research projects.

Day 2: Quantitative Research

- *Concepts and methods of quantitative research.
- *Sampling, implementation, statistics and data interpretation.
- *Excel basics for data representation.

Day 3: Qualitative Research

- *Interview, observation and focus group methods.
- *Ethical issues in qualitative research, such as informed consent, retraumatization and positionality.

Day 4: Historical and Archival Research

- *What is an archive? Types of historical and archival research.
- *How to build and preserve an archive? Why build and preserve an archive?
- *Collect, preserve and organize data
- *Self-archiving strategies for LGBTIQ+ organizations.
- *Arquivamento como monitorização e construção de memória institucional.
- *Archiving as monitoring and construction of institutional memory.

Day 5: Construction of Research Projects

- *How to build a research project and prepare a funding application.
- *Practical exercise: preparing an application to the Other Foundation

3. Participantes e Localidades

Participants and Locations

A formação foi realizada em dois locais:

Luanda, Angola (14 a 18 de Agosto de 2023): 23 activistas LGBTIQ+ de organizações como a Associação Íris Angola, Movimento Eu Sou Trans Angola (MESTA), Mulheres de Coração, entre outras.

Maputo, Moçambique (19 a 20 de Setembro de 2023): 17 activistas LGBTIQ+ representando organizações como Kutchindza, Lambda, Por Ela, entre outras.

The training was held in two locations:

Luanda, Angola (August 14-18, 2023): 23 LGBTIQ+ activists from organizations such as the Íris Angola Association, the Eu Sou Trans Angola Movement (MESTA), Mulheres de Coração, among others.

Maputo, Moçambique (19-20 September 2023): 17 LGBTIQ+ activists representing organizations such as Kutchindza, Lambda, Por Ela, among others.

3. Construção de Movimento Transnacional

Transnational Movement Building

Durante a primeira fase do projecto, além da formação de activistas, um dos objectivos principais foi apoiar a construção de movimentos transnacionais entre organizações angolanas e moçambicanas, especialmente entre colectivos e organizações transgénero e LBQ (Lésbicas, Bissexuais e Queers).

During the first phase of the project, in addition to training activists, one of the main objectives was to support the construction of transnational movements between Angolan and Mozambican organizations, especially between transgender and LBQ (Lesbian, Bisexual and Queer) collectives and organizations.

4.1. Visita a Angola

Visit to Angola

Durante sua visita a Angola, Pepetsa Fumo, Director Executivo da Transformar, manteve vários encontros com activistas transgéneros de Luanda. Esses encontros foram fundamentais para o compartilhamento de experiências e estratégias que poderiam ser adoptadas para melhorar a organização e fortalecer a capacidade de crescer, além de acessar recursos de forma mais eficiente. O objectivo desses encontros foi não apenas a troca de saberes, mas também a criação de uma rede de apoio entre as organizações para fortalecer o movimento transgénero no país. As fotos dessas conversas estão anexadas a este relatório.

During her visit to Angola, Pepetsa Fumo, Executive Director of Transformar, held several meetings with transgender activists from Luanda. These meetings were crucial for sharing experiences and strategies that could be adopted to improve the organization and strengthen its capacity for growth, as well as access resources more efficiently. The objective of these meetings was not only to exchange knowledge but also to create a support network between organizations to strengthen the transgender movement in the country. Photos of these conversations are attached to this report.

4.2. Visita a Moçambique

Visit to Mozambique

De igual forma, durante sua visita a Moçambique, Líria de Castro, Directora Executiva da AIA, manteve conversações com diversas organizações sediadas em Maputo, como a LAMBDA e a Kutchindja. Esses encontros foram significativos para o alinhamento de estratégias e para a construção de laços mais fortes entre as organizações da região.

Foi realizada também uma conversa separada e mais profunda com a organização Por Ela, que está em processo de consolidação e expansão. Essa reunião teve como objectivo o compartilhamento de experiências passadas e presentes, além de discutir as agendas para o futuro, visando alinhar e consolidar ainda mais os movimentos LBQ em toda a África Austral Lusófona.

Likewise, during her visit to Mozambique, Líria de Castro, Executive Director of AIA, held talks with several Maputo-based organizations, such as LAMBDA and Kutchindja. These meetings were significant for aligning strategies and building stronger ties between organizations in the region.

A separate, more in-depth conversation was also held with the organization Por Ela, which is currently consolidating and expanding. The meeting aimed to share past and present experiences and discuss future agendas, aiming to further align and consolidate the LBQ movements throughout Lusophone Southern Africa.

4.3. Objectivos Construção do Movimento Transnacional

Objectives: Building the Transnational Movement

O principal objectivo desta fase do projecto foi fortalecer as organizações LBQ e transgénero na África Austral Lusófona, criando uma rede de apoio mútuo que permita a troca de recursos, experiências e estratégias de crescimento. A construção desses movimentos transnacionais visa criar uma base mais sólida para que as organizações envolvidas possam não só se organizar melhor, mas também acessar recursos de maneira mais eficaz para enfrentar as questões específicas da comunidade transgénero e LBQ.

O fortalecimento das redes transnacionais também proporciona uma troca de experiências e a possibilidade de criar uma agenda comum para promover políticas públicas mais inclusivas e estratégias de combate à violência contra as mulheres lésbicas, bissexuais e trans em toda a região.

Este movimento transnacional é um passo importante na consolidação dos direitos e da visibilidade das organizações LBQ e transgénero na África Austral Lusófona. As interações e parcerias entre as organizações angolanas e moçambicanas devem continuar, pois são essenciais para o fortalecimento da luta pelos direitos dessas comunidades e para a construção de uma rede solidária e mais eficaz.

The main objective of this phase of the project was to strengthen LBQ and transgender organizations in Lusophone Southern Africa by creating a mutually supportive network that allows for the exchange of resources, experiences, and growth strategies. Building these transnational movements aims to create a stronger foundation so that the organizations involved can not only better organize themselves but also more effectively access resources to address the specific issues facing the transgender and LBQ community.

Strengthening transnational networks also provides an opportunity to exchange experiences and create a common agenda to promote more inclusive public policies and strategies to combat violence against lesbian, bisexual, and trans women throughout the region.

This transnational movement is an important step in consolidating the rights and visibility of LBQ and transgender organizations in Lusophone Southern Africa. Interactions and partnerships between Angolan and Mozambican organizations must continue, as they are essential to strengthening the fight for the rights of these communities and building a more effective solidarity network.

5. Lições Aprendidas:

1. Inclusão no Desenvolvimento do Conhecimento: A formação destacou a necessidade de organizações e activistas serem reconhecidos como produtores de conhecimento, em pé de igualdade com pesquisadores e governos. Isso enfatiza a importância de dar voz aos próprios activistas na criação de soluções e compreensão das questões sociais que afectam a comunidade.

2. Importância da Pesquisa e Dados: A pesquisa, as provas e os dados são essenciais para enfrentar problemas sociais e políticos cruciais. Os activistas reconhecem que esses recursos podem ajudar a esclarecer questões complexas, como violência e discriminação, especialmente contra pessoas não conformes com o género.

3. Interesse pelo Módulo de Investigação Arquivística: Tanto em Luanda quanto em Maputo, os participantes demonstraram grande interesse no módulo de investigação arquivística. Muitos não estavam cientes da importância de arquivar e manter registos históricos e dados relevantes. O arquivo é visto como uma ferramenta crucial para fortalecer o movimento.

4. Necessidade de Políticas de Auto-Arquivamento: Foi amplamente reconhecido que as organizações ainda carecem de políticas robustas de auto-arquivamento, resultando na perda de memória institucional. A excepção é a LAMBDA e a AIA, que estão no processo de construção de arquivos institucionais e sociais, reconhecendo a importância desse trabalho.

Lessons Learned:

1. Inclusion in Knowledge Development: The training highlighted the need for organizations and activists to be recognized as knowledge producers, on an equal footing with researchers and governments. This emphasizes the importance of giving activists their own voice in creating solutions and understanding social issues affecting the community.

2. Importance of Research and Data: Research, evidence, and data are essential to addressing crucial social and political problems. Activists recognize that these resources can help illuminate complex issues such as violence and discrimination, especially against gender non-conforming people.

3. Interest in the Archival Research Module: In both Luanda and Maputo, participants demonstrated great interest in the archival research module. Many were unaware of the importance of archiving and maintaining historical records and relevant data. Archives are seen as a crucial tool for strengthening the movement.

4. Need for Self-Archiving Policies: It has been widely recognized that organizations still lack robust self-archiving policies, resulting in a loss of institutional memory. The exception is LAMBDA and AIA, which are in the process of building institutional and social archives, recognizing the importance of this work.

O curso foi um sucesso no que diz respeito ao engajamento dos participantes e ao impacto positivo nas suas práticas activistas.

Há uma necessidade clara de integrar a pesquisa arquivística de forma mais consistente nas organizações LGBTIQ+, para preservar a memória do movimento e melhorar a colecta de dados relevantes sobre as questões enfrentadas pela comunidade.

O entendimento de que as organizações devem ser mais activas no desenvolvimento do conhecimento e na utilização de dados para apoiar sua luta é um ponto central a ser trabalhado nas futuras formações.

The course was a success in terms of participant engagement and the positive impact on their activist practices.

There is a clear need to integrate archival research more consistently across LGBTIQ+ organizations to preserve the movement's memory and improve the collection of relevant data on the issues facing the community.

The understanding that organizations must be more active in developing knowledge and using data to support their fight is a central point to be worked on in future training.

6. Desafios durante a fase inicial

Challenges during the initial phase

Os principais desafios enfrentados durante a fase inicial de implementação de um programa de formação dirigido a activistas em Luanda (Angola) e Maputo (Moçambique), com o objetivo de partilhar e desenvolver habilidades e conhecimentos em áreas de activismo. A formação teve como foco a capacitação dos participantes em temas relevantes, como estratégias de activismo, desenvolvimento de projectos e investigação. No entanto, surgiram várias dificuldades que afectaram a participação e o envolvimento dos activistas, as quais serão discutidas a seguir.

The main challenges faced during the initial implementation phase of a training program for activists in Luanda, Angola, and Maputo, Mozambique, aimed at sharing and developing skills and knowledge in areas of activism. The training focused on empowering participants in relevant topics such as activism strategies, project development, and research. However, several challenges arose that affected activist participation and engagement, which will be discussed below.



6.1. Desafios em Luanda

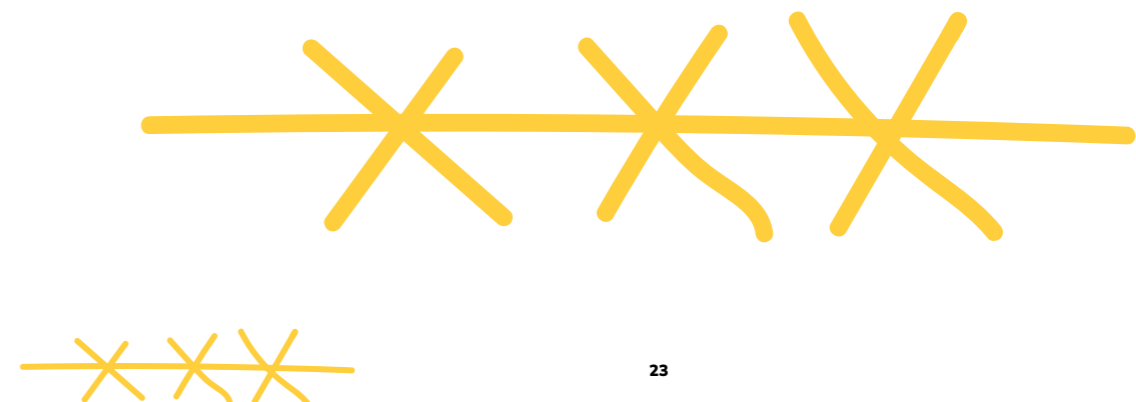
Challenges in Luanda

Um dos maiores desafios enfrentados em Luanda foi a garantia de que os participantes levassem a formação a sério. Embora a maioria tenha demonstrado interesse genuíno e tenha se envolvido activamente nas sessões, houve uma parte significativa que não compareceu a todas as sessões ou chegou atrasada regularmente. Este comportamento foi identificado como um ponto de frustração entre os próprios participantes, que expressaram sua insatisfação durante a última sessão, ao dar feedback sobre o processo. Alguns dos participantes criticaram a falta de profissionalismo de seus colegas, alegando que isso prejudicava a imagem do movimento.

Esse problema levantou uma questão importante sobre a viabilidade de implementar esse tipo de formação em um contexto como o de Luanda, onde muitos activistas enfrentam dificuldades significativas relacionadas ao transporte e à busca por rendimento básico. Essas dificuldades podem comprometer a capacidade dos participantes de aproveitar plenamente as oportunidades de formação, uma vez que os desafios logísticos e económicos impactam directamente a frequência e o engajamento.

One of the biggest challenges faced in Luanda was ensuring that participants took the training seriously. While most showed genuine interest and actively engaged in the sessions, a significant proportion did not attend all sessions or were regularly late. This behavior was identified as a source of frustration among the participants themselves, who expressed their dissatisfaction during the final session when providing feedback on the process. Some participants criticized their colleagues' lack of professionalism, claiming it harmed the movement's image.

This issue raised an important question about the feasibility of implementing this type of training in a context like Luanda, where many activists face significant challenges related to transportation and the search for basic income. These difficulties can compromise participants' ability to fully utilize training opportunities, as logistical and economic challenges directly impact attendance and engagement.



6.2. Desafios em Maputo

Challenges in Maputo

Em Maputo, o grupo de participantes era composto por activistas mais experientes, muitos dos quais já haviam participado de projectos de investigação e desenvolvimento de outras iniciativas. Embora a formação tenha sido relevante para o aprimoramento de suas habilidades, alguns participantes consideraram as sessões mais uma actualização do que uma oportunidade de adquirir novos conhecimentos. Isso gerou um ambiente de debate mais fluido e descontraído, o que pode ter sido positivo em alguns aspectos, mas também contribuiu para uma menor motivação de participação.

A percepção de que o conteúdo da formação não era novidade para muitos levou a um menor nível de empenho de alguns participantes, já familiarizados com grande parte do que foi apresentado. Esse factor pode ter impactado a eficácia geral da formação, pois a falta de engajamento pode reduzir os benefícios que os participantes poderiam obter com a troca de experiências e o aprofundamento de suas habilidades.

In Maputo, the group of participants consisted of more experienced activists, many of whom had already participated in research and development projects for other initiatives. Although the training was relevant for enhancing their skills, some participants viewed the sessions as more of a refresher than an opportunity to acquire new knowledge. This created a more fluid and relaxed discussion environment, which may have been positive in some ways, but also contributed to lower motivation to participate.

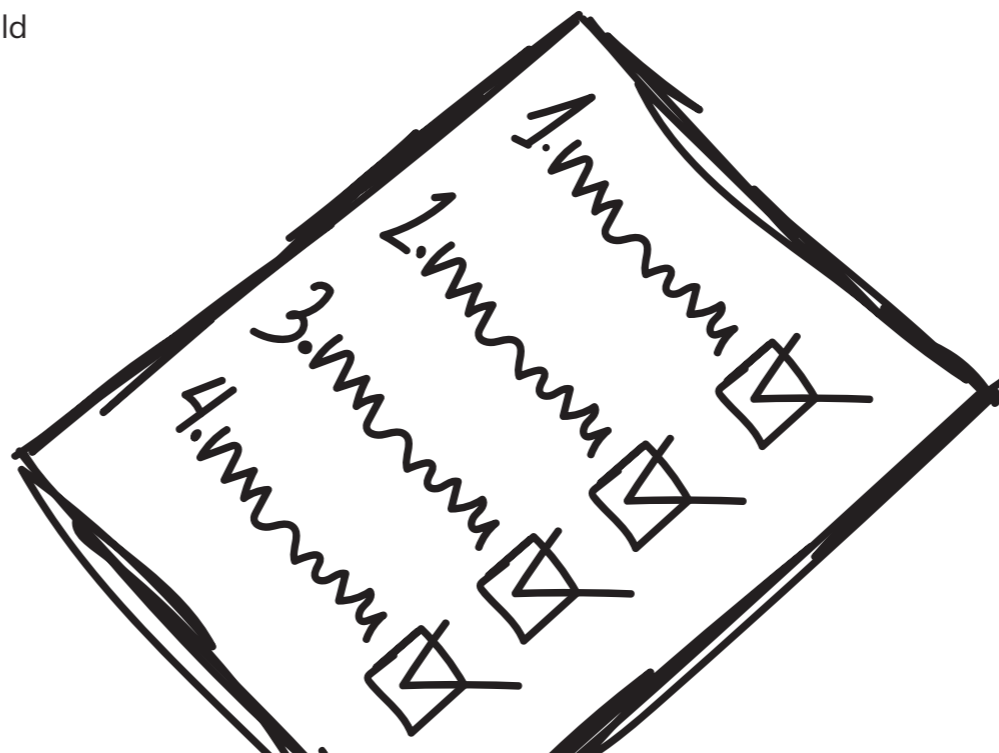
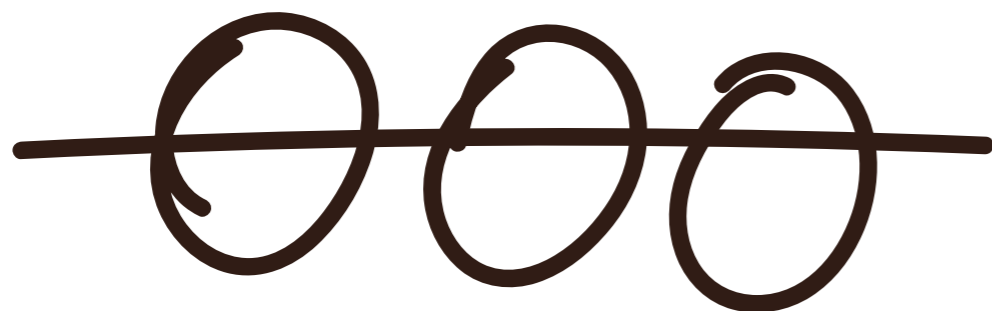
The perception that the training content was not new to many led to a lower level of engagement among some participants, who were already familiar with much of what was presented. This factor may have impacted the overall effectiveness of the training, as a lack of engagement can reduce the benefits participants could gain from sharing experiences and deepening their skills.

6.3. Desafios Comuns e Lições Aprendidas

Ao comparar as experiências em Luanda e Maputo, fica claro que, apesar das semelhanças entre os dois países, o contexto local de cada um apresentou desafios distintos que precisaram ser levados em consideração na elaboração da formação. Em Luanda, os desafios logísticos e a necessidade de garantir a profissionalização e o compromisso dos participantes demandam uma maior adaptação das actividades de formação, considerando as limitações que muitos enfrentam no seu dia-a-dia.

Em Maputo, por outro lado, a maior experiência dos participantes exigiu que o conteúdo fosse mais avançado e que a formação fosse adaptada para aqueles que já tinham um bom conhecimento prévio sobre os temas. A falta de novidade pode ter contribuído para um engajamento menor por parte de alguns participantes, o que ressalta a importância de adaptar a formação ao nível de experiência do público-alvo.

Este processo de formação revelou-se uma experiência valiosa, mas também evidenciou diversos desafios que precisam ser enfrentados em futuras edições de programas similares. Para que o impacto seja mais significativo, é essencial que, ao planejar projectos multinacionais, haja um maior entendimento das especificidades locais, considerando as condições económicas, sociais e culturais de cada contexto. Além disso, é necessário investir na personalização das formações para diferentes níveis de experiência e compromisso, para garantir um maior engajamento e aproveitamento por parte de todos os participantes.



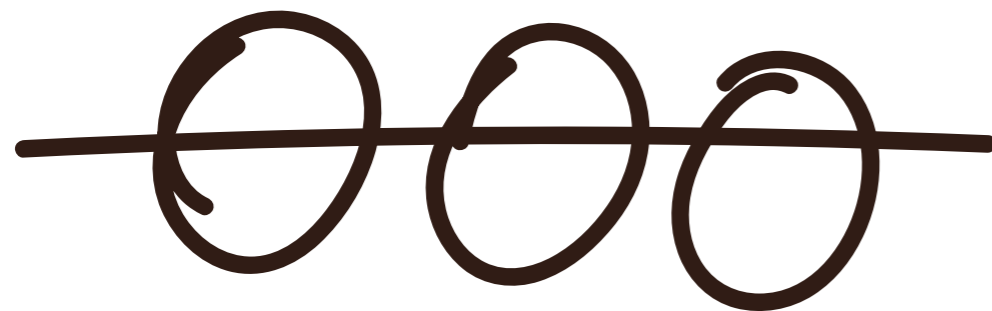


Common Challenges and Lessons Learned

Different factors needed to be taken into account when designing the training. In Luanda, logistical challenges and the need to ensure the professional development and commitment of participants demanded greater adaptation of training activities, considering the limitations many face in their daily lives.

In Maputo, on the other hand, the participants' greater experience required more advanced content and tailored training for those who already had a good understanding of the topics. This lack of novelty may have contributed to lower engagement among some participants, highlighting the importance of tailoring training to the target audience's experience level.

This training process proved to be a valuable experience, but it also highlighted several challenges that must be addressed in future editions of similar programs. For a more significant impact, it is essential that, when planning multinational projects, there is a greater understanding of local specificities, considering the economic, social, and cultural conditions of each context. Furthermore, it is necessary to invest in customizing training for different levels of experience and commitment to ensure greater engagement and benefit from all participants.



7. Recomendações

- 1. Atenção às Condições Locais:** Garantir que a logística da formação seja adaptada à realidade de cada cidade, oferecendo soluções para os problemas de transporte e rendimento básico dos participantes, especialmente em contextos como o de Luanda.
- 2. Adaptação ao Nível de Experiência:** Para grupos de participantes mais experientes, as formações devem ser mais especializadas e centradas na actualização de conhecimentos, de modo a evitar desinteresse ou falta de empenho.
- 3. Promoção do Compromisso:** Criar estratégias para garantir maior compromisso dos participantes, incluindo incentivos para presença constante, bem como maior conscientização sobre a importância da formação para o movimento como um todo.
- 4. Feedback Contínuo:** Incorporar momentos regulares de feedback, para que os participantes possam expressar suas preocupações e sugestões, permitindo ajustes contínuos ao longo do processo.

Recommendations

- 1. Attention to Local Conditions:** Ensure that training logistics are adapted to the reality of each city, offering solutions to participants' transportation and basic income problems, especially in contexts like Luanda.
- 2. Adaptation to Experience Level:** For more experienced groups of participants, training should be more specialized and focused on updating knowledge, in order to avoid disinterest or lack of commitment.
- 3. Promoting Commitment:** Create strategies to ensure greater commitment from participants, including incentives for constant attendance, as well as greater awareness of the importance of training for the movement as a whole.
- 4. Continuous Feedback:** Incorporate regular feedback moments so participants can express their concerns and suggestions, allowing for continuous adjustments throughout the process.



1. Metodologia dos Focus Groups

Na segunda fase do projecto “Para Além da Tolerância: Investigação sobre a Violência contra as Minorias Sexuais e de Género em Angola e Moçambique”, financiado pela The Other Foundation, foram realizadas, em 2024, discussões em grupo com membros da comunidade, com o objetivo de recolher conhecimentos e percepções sobre as experiências de violência e discriminação enfrentadas por minorias sexuais e de género em Angola.

Apesar da previsão inicial de incluir Moçambique nesta etapa, dificuldades relacionadas à transferência de fundos inviabilizaram a sua participação na segunda fase do projecto.

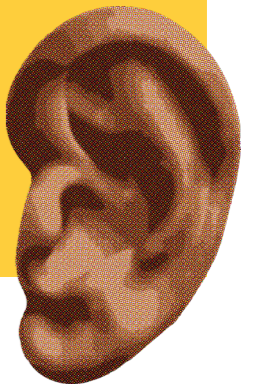
Dessa forma, a análise concentrou-se nas oito sessões realizadas em Angola, com especial atenção aos desafios quotidianos enfrentados por mulheres LGBTI (lésbicas, bissexuais, transgénero e intersexo). Conduzida pela pesquisadora adjunta e gestora de programa dentro do projecto, Líria de Castro, as discussões abordam, em particular, casos de violência física, psicológica e discriminação social, com o propósito de mapear as diversas formas de violência e exclusão vivenciadas por essas mulheres.

Focus Group Methodology

In the second phase of the project "Beyond Tolerance: Research on Violence against Sexual and Gender Minorities in Angola and Mozambique", funded by The Other Foundation, group discussions with community members were held in 2024, with the aim of gathering knowledge and insights into the experiences of violence and discrimination faced by sexual and gender minorities in Angola.

Despite the initial plan to include Mozambique in this stage, difficulties related to the transfer of funds made its participation in the second phase of the project unfeasible.

Thus, the analysis focused on the eight sessions held in Angola, with special attention to the daily challenges faced by LGBTI (lesbian, bisexual, transgender, and intersex) women. Led by Líria de Castro, the project's assistant researcher and program manager, the discussions specifically addressed cases of physical and psychological violence and social discrimination, with the aim of mapping the various forms of violence and exclusion experienced by these women.



2. Sessões de Conversa: Conversation Sessions

2.1. Sessão 1 - Experiências de (In)Segurança Session 1 - Experiences of (In) Security

Tema: Experiências de (In)Segurança
Data: 05 de Julho de 2024
Duração: 1h e 6 minutos
Moderadora: Líria de Castro
N.º de Participantes: 13 mulheres trans e LBQ

Theme: Experiences of (In)Security
Date: July 5, 2024
Duration: 1 hour and 6 minutes
Moderator: Líria de Castro
Number of Participants: 13 trans and LBQ women



Lista de Presença da sessão 1: Experiências de (In)Segurança

Atividade: Percepções e Experiência de Transgêneros
Data: 05/04/2024

Nº	Nome Social	Idade	Organização	Função	Orientação Sexual (Opcional)	Nº de Telefone	Assinatura
1	Emílio C. Guarato	38	ATA	Estudante	Homossexual	929904484	
2	Anna Thomas	27	MPA Advocacia	DD	Hetero	943834142	
3	Cyb Velasquez	-	A.T.A	D.O	Inversa	913810016	
4	Patrícia Fernando	24	-	-	Passiva	935005253	
5	Cíntia Bettencourt	24	ATA-LA	D.O	Trans	938522506	
6	Madonna Bond Zangula	27	DUD	E.L. Prof	-	924453074	
7	Maurício Bernardo	22	ITIS	Ed. Prof	Trans	923376442	
8	Luísa Félix	32	ITIS	-	Trans	933309647	
9	Priscila Agostinho	24	MESTA	Educ. Musical	Pansexual	943438049	
10	Miguel Fernando Gomes	37	M. Pais Angolanos	-	Heterossexual	948472048	
11	Lúcio Muyala	29	M Dock	Comunicador	Lésbica	941801040	
12	Lúcia da Costa	21	AIA	D.O	Lésbica	993779439	
13	Quintino Agostinho	22	Trans Angola	Ativista	Homossexual	922089187	

1. A Invisibilidade da Violência Contra Mulheres Lésbicas e Trans em Angola – Uma Urgência Colectiva

The Invisibility of Violence Against Lesbian and Trans Women in Angola – A Collective Urgency

Nesta Sessão de conversa com activistas e pesquisadoras que se debruçam sobre as formas particulares de violência sofridas por mulheres lésbicas e trans no contexto angolano. As reflexões partilhadas pelas intervenientes revelam uma realidade marcada por exclusão, silenciamento e resistência.

In this conversation session, activists and researchers explore the specific forms of violence suffered by lesbian and trans women in Angola. The reflections shared by the participants reveal a reality marked by exclusion, silencing, and resistance.

2. A Persistência da Violência e sua Invisibilidade Estrutural

The Persistence of Violence and its Structural Invisibility

As participantes denunciam a sistemática invisibilização da violência dirigida especificamente a mulheres lésbicas e trans. Apesar dos avanços legais no que toca à descriminalização da homossexualidade e à consagração de direitos fundamentais, na prática, estas mulheres continuam a ser alvo de agressões físicas, psicológicas, sexuais e institucionais.

Esta violência é agravada quando as mulheres se assumem publicamente, tornando-se mais visíveis e, conseqüentemente, mais vulneráveis. A vivência plena de suas identidades é, portanto, constantemente punida pela sociedade, gerando um ciclo de medo, marginalização e silêncio.

The participants denounce the systematic invisibility of violence directed specifically at lesbian and trans women. Despite legal advances in the decriminalization of homosexuality and the enshrinement of fundamental rights, in practice, these women continue to be targets of physical, psychological, sexual, and institutional aggression.

This violence is exacerbated when women come out publicly, becoming more visible and, consequently, more vulnerable. The full experience of their identities is, therefore, constantly punished by society, generating a cycle of fear, marginalization, and silence.

3. A Falta de Dados e Políticas Públicas Específicas

Lack of Data and Specific Public Policies

Um ponto crítico levantado pelas convidadas é a ausência de dados estatísticos desagregados, o que dificulta o reconhecimento do problema e a formulação de políticas públicas eficazes. A violência contra mulheres lésbicas e trans é, assim, muitas vezes diluída em categorias genéricas que não capturam a especificidade das suas experiências.

Reitera-se a necessidade de formação especializada de agentes públicos (polícia, saúde, justiça) e a criação de protocolos de atendimento que reconheçam a identidade de género e a orientação sexual como factores de vulnerabilidade.

A critical point raised by the guests is lack of disaggregated statistical data, which hinders the recognition of the problem and the formulation of effective public policies. Violence against lesbian and trans women is thus often diluted into generic categories that fail to capture the specificity of their experiences.

The need for specialized training of public officials (police, health, justice) and the creation of service protocols that recognize gender identity and sexual orientation as factors of vulnerability is reiterated.

4. Instituições como Espaços de Violência e Reforço da Normatividade

Lack of Data and Specific Public Policies

As activistas evidenciam o papel de instituições como família, escola, igreja e Estado na reprodução de normas heteronormativas e patriarcais que sustentam a exclusão dessas mulheres. As famílias, por exemplo, muitas vezes tornam-se os primeiros espaços de violência e expulsão, especialmente no caso de pessoas trans.

Por outro lado, instituições como as igrejas contribuem para a disseminação de discursos moralizantes que negam a dignidade e a humanidade dessas mulheres, promovendo o medo e o preconceito em nome de valores supostamente universais.

Activists highlight the role of institutions such as family, school, church, and state in reproducing heteronormative and patriarchal norms that sustain the exclusion of these women. Families, for example, often become the first sites of violence and expulsion, especially in the case of trans people.

On the other hand, institutions such as churches contribute to the dissemination of moralizing discourses that deny the dignity and humanity of these women, promoting fear and prejudice in the name of supposedly universal values.

5. A Luta por Existência, Visibilidade e Dignidade

The Struggle for Existence, Visibility and Dignity

Apesar do cenário adverso, o relatório ressalta a força das vozes que resistem. As mulheres lésbicas e trans não são apenas vítimas de violência, mas também sujeitas a políticas activas, criadoras de redes de solidariedade, saberes e formas alternativas de existência.

A chamada à acção é clara: é preciso garantir que essas mulheres não apenas sobrevivam, mas vivam com dignidade. Isso implica:

- *O reconhecimento legal e social de suas identidades;
- *A inclusão efectiva em programas e políticas públicas;
- *A valorização de suas experiências e saberes;
- *A ocupação de espaços de poder e decisão.

Despite the adverse scenario, the report highlights the strength of the voices that resist. Lesbian and trans women are not only victims of violence, but also subject to active policies, creating networks of solidarity, knowledge, and alternative forms of existence.

The call to action is clear: we must ensure that these women not only survive, but live with dignity. This means:

- *The legal and social recognition of their identities;
- *Effective inclusion in public programs and policies;
- *The appreciation of your experiences and knowledge;
- *The occupation of spaces of power and decision-making.

1.6. Conclusão e Recomendações

Com esta primeira sessão conclui-se que a violência contra mulheres lésbicas e trans é uma questão urgente de direitos humanos que deve ser enfrentada com coragem, sensibilidade e compromisso político.

Recomenda-se:

- *A criação de mecanismos de recolha e análise de dados desagregados por identidade de género e orientação sexual;
- *A implementação de formações obrigatórias para profissionais das áreas da saúde, justiça e segurança;
- *O financiamento e reconhecimento de organizações lideradas por mulheres lésbicas e trans;
- *A promoção de campanhas educativas e culturais que combatam a discriminação e celebrem a diversidade.

Conclusion and Recommendations

This first session concludes that violence against lesbian and trans women is an urgent human rights issue that must be addressed with courage, sensitivity, and political commitment.

- *The creation of mechanisms for collecting and analyzing data disaggregated by gender identity and sexual orientation;
- * The implementation of mandatory training for professionals in the areas of health, justice and security;
- * Funding and recognition of organizations led by lesbian and trans women;
- * Promoting educational and cultural campaigns that combat discrimination and celebrate diversity.

2.1. Sessão 2 - Activismo e Insegurança Session 2 - Activism and Insecurity

Tema: - Activismo e Insegurança
Data: 12 de Julho de 2024
Duração: 1h e 24 minutos
Moderadora: Líria de Castro
N.º de Participantes: 19 mulheres trans e LBQ

Theme: - Activism and Insecurity
Date: July 12, 2024
Duration: 1 hour and 24 minutes
Moderator: Líria de Castro
Number of Participants: 19 trans and LBQ women



1. Activismo e Insegurança

Activism and Insecurity

Nesta segunda sessão a conversa teve como foco a análise do contexto do activismo LGBT em Angola, especialmente em relação à segurança e aos desafios enfrentados por mulheres trans, lésbicas, bissexuais, queer e pessoas transgéneros. O encontro propôs um diálogo sobre as realidades de insegurança vividas por estas comunidades, as barreiras legais e sociais, e os avanços alcançados na luta por direitos.

As participantes se apresentaram, destacando sua actuação nas organizações e activismo. Lilian Transexual e Daniel destacaram seu envolvimento na Associação Lilian Rola, enquanto Emília Gervásio (coordenadora da activista social, coordenadora de actividades do Colectivo Arquivo de Identidade Angolana) e Silvia (cidadã de nacionalidade brasileira) falaram sobre suas experiências com a luta pelos direitos humanos e a academia, enfatizando o trabalho com a advogada que obteve o direito de mudança de nome sem a necessidade de cirurgia para pessoas trans. Silvia mencionou também sua pesquisa sobre democracia e direitos fundamentais.

In this second session, the conversation focused on analyzing the context of LGBT activism in Angola, especially regarding the safety and challenges faced by trans women, lesbians, bisexuals, queer people, and transgender people. The meeting proposed a dialogue on the realities of insecurity experienced by these communities, the legal and social barriers, and the progress made in the fight for rights.

The participants introduced themselves, highlighting their work in organizations and activism. Lilian Transexual and Daniel highlighted their involvement in the Lilian Rola Association, while Emília Gervásio (social activist coordinator, activities coordinator for the Angolan Identity Archive Collective) and Silvia (a Brazilian citizen) spoke about their experiences fighting for human rights and academia, emphasizing their work with the lawyer who obtained the right to a name change without the need for surgery for trans people. Silvia also mentioned her research on democracy and fundamental rights.

Lista de Presença da sessão 1: Experiências de (In)Segurança

Atividade: Participação e Experiências de (In)Segurança
Data: 05/04/2024

Nº	Nome Social	Idade	Organização	Função	Orientação Sexual (Opcional)	Nº de Telefone	Assinatura
1	Emílio Gilberto Guarato	38	ATA	Coordenador	Homossexual	929204431	
2	Madonna Bond	27	AIA	Ed. Prof	-	932473064	
3	Quintino Agostinho	22	Trans Angola	Ed. Prof	Homossexual	922089187	
4	Diana Panteira	24	Trans Angola	Ed. Prof	Homossexual	923468056	
5	Mayri Isabel	24	Trans Angola	Ed. Prof	-	946674940	
6	Maurício Bernardo	22	ITIS Angola	Ed. Prof	-	923376442	
7	Seki Gabriel Cé	29	ITIS Angola	Miss Trans	Trans	931742566	
8	Alycia Miranda	25	ITIS Angola	Documentação	Trans	935248140	
9	Esmeralda Jean	-	AIA	Supervisora	Lésbica	923316386	
10	-	-	-	-	-	-	
11	Mauro Gomes (Beyoncé)	-	Mais Angola	D. Finanças	Lésbica	908887708	
12	Anna Thomas	27	MPA Advocacia	DD	Trans	943834142	
13	Laurence Barsante	37	UFOL	Gestora	Hetero	925117581	
14	Silvia Grechinski	31	Requidade	Professora	Hetero	-	
15	Cíntia Félix	24	A.T.A	D.O	-	942362582	
16	Lúcio Muyala	29	M Dock	Coordenador	Lésbica	941807046	
17	Cyb Velasquez	-	A.T.A	D.O	Trans	928317016	
18	Lúcia da Costa	21	AIA	D.O	Queer	993779439	
19	Priscila Agostinho	24	NESTA	Educ. Musical	Pansexual	943438049	

2. Contexto do Activismo e Insegurança

Context of Activism and Insecurity

Líria, Director Geral da AIA (Arquivo de Identidade Angolana), introduziu o tema central da conversa, que era o impacto da insegurança no activismo. Ela questionou como o activismo tem reflectido nas vivências diárias das mulheres LGBT e se o contexto em Angola oferece um ambiente favorável ou contrário para o activismo. Líria também mencionou a importância de abordar temas como identidade de género e orientação sexual, particularmente para mulheres trans, que ainda enfrentam desafios legais e sociais.

Líria, Director General of AIA (Angolan Identity Archive), introduced the central theme of the conversation, which was the impact of insecurity on activism. She questioned how activism has impacted the daily experiences of LGBT women and whether the Angolan context offers a favorable or unfavorable environment for activism. Líria also mentioned the importance of addressing issues such as gender identity and sexual orientation, particularly for trans women, who still face legal and social challenges.

3. Desafios Enfrentados por Mulheres Trans e a Luta por Direitos

Challenges Faced by Trans Women and the Fight for Rights

Lilian Transexual compartilhou sua experiência com o tratamento de documentos e as dificuldades enfrentadas, incluindo o caso em que foi forçada a reverter seu nome devido a um problema com a documentação, ressaltando a falta de especificidade na Constituição sobre identidade de género. Ela também falou sobre a luta por maior visibilidade e respeito às demandas de pessoas trans em Angola.

Ana Liboma expressou a opinião de que o activismo LGBT em Angola é ainda frágil, devido à estrutura opressora que prevalece na sociedade. Ela destacou a existência de leis contra discriminação baseada em orientação sexual, mas argumentou que essas leis são insuficientes e não são sentidas no dia-a-dia das pessoas LGBT. A falta de segurança jurídica e social ainda é um obstáculo significativo para o activismo.

Lilian Transexual shared her experience with document processing and the difficulties she faced, including the case in which she was forced to change her name due to a documentation issue, highlighting lack of specificity in the Constitution regarding

gender identity. She also spoke about the fight for greater visibility and respect for the demands of trans people in Angola.

Ana Liboma expressed the opinion that LGBT activism in Angola is still fragile due to the oppressive structure that prevails in society. She highlighted the existence of laws against discrimination based on sexual orientation, but argued that these laws are insufficient and are not felt in the daily lives of LGBT people. Lack of legal and social security remains a significant obstacle to activism.

4. A Luta Contra o Estigma e a Discriminação

The Fight Against Stigma and Discrimination

Mel Oliveira comentou sobre a resistência da sociedade em aceitar a transsexualidade, especialmente entre mulheres, e a dificuldade de apoio até dentro das próprias famílias. Ela mencionou que, muitas vezes, as demandas e necessidades da comunidade trans são ignoradas, e as acções do governo não respondem adequadamente às questões de identidade e segurança, deixando a comunidade LGBT vulnerável.

Mel Oliveira commented on society's resistance to accepting transsexuality, especially among women, and the difficulty of obtaining support even within families. She mentioned that the demands and needs of the trans community are often ignored, and government actions fail to adequately address issues of identity and safety, leaving the LGBT community vulnerable.

5. Vulnerabilidade à Violência

Vulnerability to Violence

A discussão abordou a vulnerabilidade das mulheres trans e lésbicas à violência, com uma análise sobre o impacto da exposição pública no activismo. Uma das participantes, por exemplo, observou que activistas com visibilidade correm menos risco de ataques directos, pois têm contactos com entidades e meios de comunicação, o que oferece uma certa protecção. No entanto, pessoas que não estão tão expostas acabam mais vulneráveis a ataques, já que são vistas como “alvo fácil” pela falta de suporte social e legal.

The discussion addressed the vulnerability of trans women and lesbians to violence, with an analysis of the impact of public exposure on activism. One participant, for example, noted that visible activists are less at risk of direct attacks because they have contacts with organizations and media outlets, which offers some protection. However, people who are less exposed end up more vulnerable to attacks, as they are seen as "easy targets" due to a lack of social and legal support.

6. Falsa Segurança e Desafios Legais

False Security and Legal Challenges

A conversa sobre a "falsa segurança" nas leis foi centralizada na ideia de que, embora existam algumas leis que favorecem a comunidade LGBT, na prática, elas não têm impacto real. A morte de Carlos Fernandes foi citada como exemplo de como a violência contra a comunidade LGBT continua sendo uma questão sem resposta. A falta de apoio das autoridades, como as forças policiais, quando se trata de violência doméstica e agressões contra pessoas LGBT, é um reflexo da falha sistémica em garantir protecção e direitos efectivos.

The conversation about "false security" in laws centered on the idea that, while there are some laws that favor the LGBT community, in practice, they have no real impact. The death of Carlos Fernandes was cited as an example of how violence against the LGBT community remains an unanswered issue. Lack of support from authorities, such as law enforcement, when it comes to domestic violence and

attacks against LGBT people are a reflection of the systemic failure to guarantee effective protection and rights.

7. Avanços no Activismo e Desafios Persistentes

Advances in Activism and Persistent Challenges

Os activistas reconheceram os avanços feitos no activismo LBQT, como a maior visibilidade da causa, o aumento das discussões sobre identidade de género e orientação sexual, e a presença de activistas na mídia. No entanto, a violência contra mulheres LBQT ainda é um problema persistente, e a luta por direitos continua sendo um desafio constante. Todas as participantes concordaram que, apesar do progresso, o activismo ainda enfrenta barreiras significativas, especialmente em termos de aceitação social e apoio institucional.

Activists acknowledged the progress made in LBQT activism, such as increased visibility of the cause, increased discussions about gender identity and sexual orientation, and the presence of activists in the media. However, violence against LBQT women remains a persistent problem, and the fight for rights remains a constant challenge. All participants agreed that, despite progress, activism still faces significant barriers, especially in terms of social acceptance and institutional support.

8. Conclusões e Reflexões Finais

Por fim, as participantes reflectiram sobre as conquistas do activismo LGBT e destacaram que, apesar dos avanços, ainda há muito a ser feito. O activismo continua a ser uma luta diária contra o estigma e a discriminação, com um foco contínuo na segurança e no respeito aos direitos fundamentais das pessoas LGBT. A importância de continuar pressionando por mudanças legislativas e educacionais foi ressaltada, com a esperança de que o contexto social de Angola possa se transformar, oferecendo mais protecção e igualdade para todos.

O encontro deixou claro que, embora haja progressos significativos no activismo LGBT em Angola, a insegurança e a resistência à aceitação social ainda são desafios persistentes. O movimento continua a lutar por uma sociedade mais justa e segura para as mulheres trans, lésbicas, bissexuais, queer e pessoas transgéneros, enquanto também questiona a eficácia das leis e políticas públicas que, muitas vezes, não se refletem na realidade vivida pela comunidade.

Conclusions and Final Reflections

Finally, participants reflected on the achievements of LGBT activism and emphasized that, despite progress, much remains to be done. Activism continues to be a daily fight against stigma and discrimination, with a continued focus on safety and respect for the fundamental rights of LGBT people. The importance of continuing to push for legislative and educational changes was emphasized, with the hope that Angola's social context can be transformed, offering greater protection and equality for all.

The meeting made it clear that, although there has been significant progress in LGBT activism in Angola, insecurity and resistance to social acceptance remain persistent challenges. The movement continues to fight for a more just and safe society for trans women, lesbians, bisexuals, queer, and transgender people, while also questioning the effectiveness of laws and public policies that often fail to reflect the reality experienced by the community.

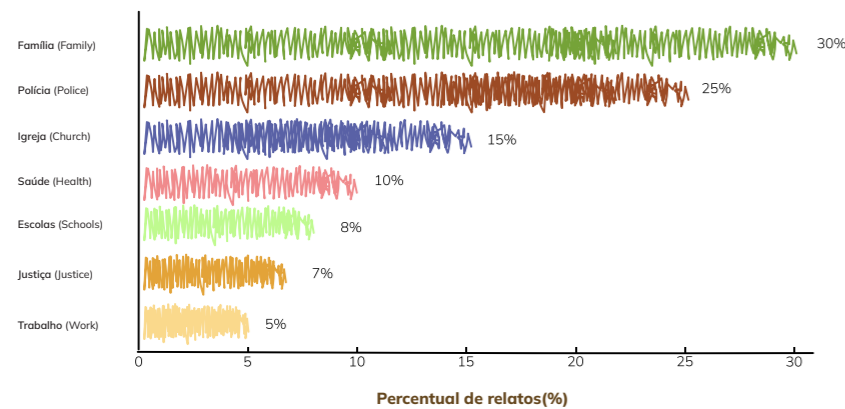
Sessão 3 - Tolerância

Session 3 - Tolerance

Tema: A Percepção da Tolerância em Angola para mulheres trans e LBQ
 Data: 19 de Julho de 2024
 Duração: 1h e 25 minutos
 Moderadora: Líria de Castro
 N.º de Participantes: 15 mulheres trans e LBQ

Theme: The Perception of Tolerance in Angola for Trans and LBQ Women
 Date: July 19, 2024
 Duration: 1 hour and 25 minutes
 Moderator: Líria de Castro
 Number of Participants: 15 trans and LBQ women

Gráfico 1 - Falhas Institucionais Relatadas pelos participantes(%)
 Sessões 3, 4, 5 e 6: Tolerância I e II e Violência I e II



Lista de Presença da sessão 3: Tolerância

Atividade: Encontro de Auscultação (Ativismo e Engajamento)
 Data: 19/01/2024

Nº	Nome Social	Idade	Organização	Função	Orientação Sexual (Opcional)	Nº de Telefone	Assinatura
1	Emílio Christovo Garcia	28	AIA	C. Ambiental	Homossexual	922204436	
2	Emmo Melidade Jesus	-	AIA	Supervisor	Lésbica	942254836	
3	Diana C. Santos	28	Trans Angola	Ed. Pro	Trans	923465056	
4	ariel amillano	24	NESTA	Educador Musical	Pansexual	943438003	
5	Alicia Tasia	24	AIA	Estagiário	Trans	947268228	
6	Madonna Bond	26	IRIS	Apresentador	-	937473004	
7	Ruan Fernando	25	IRIR	Reporter	Hetero	935249160	
8	Naili Zeral	-	ISIS	Miss Trans	Hetero	946412944	
9	Saki Gabriel GV	29	IRIS	Ed. Pro	Trans	931472565	
10	Mascuvela Nascade	24	AIA	-	Trans	939576078	
11	Silvia Tiara Grechinski	41	Trans Angola	Professor	Bi	(+554) 1999929406	
12	Amin Ribama	27	NESTa	D.O	Trans	943253792	
13	Hel Oliveira	-	AIA	D.O	Trans	928130116	
14	Lúrio de Sergio	-	ATA	D.O	-	-	
15	Judith H. Quivalate	27	ATA	Supervisor	B	925365879	

1. A Percepção da Tolerância em Angola para mulheres trans e LBQ

The Perception of Tolerance in Angola for Trans and LBQ Women

O debate sobre a percepção de tolerância em Angola varia significativamente de acordo com factores como região, bairro e classe social. Durante uma discussão profunda, participantes trouxeram à tona diferentes perspectivas sobre como a sociedade angolana lida com questões relacionadas à comunidade LBQT, especialmente as mulheres trans.

The debate on the perception of tolerance in Angola varies significantly depending on factors such as region, neighborhood, and social class. During an in-depth discussion, participants brought to light different perspectives on how Angolan society deals with issues related to the LGBTQ+ community, especially trans women.

2. Percepções sobre Tolerância no País

Perceptions about Tolerance in the Country

A discussão inicial focou em questões de identidade de género e o impacto da sociedade angolana na expressão da feminilidade, principalmente no contexto de mulheres trans. Foi abordada a falta de aceitação em relação às expressões de género fora do padrão heteronormativo, levando em consideração tanto a mulher cis quanto a mulher trans com barba. A ideia central é que há uma imposição de normas sobre o que é considerado “aceitável” em termos de feminilidade, o que resulta em discriminação dentro da própria comunidade LGBT, criando uma divisão sobre como as mulheres trans devem se expressar.

Além disso, foi discutido o fenómeno das “caixas” dentro da comunidade LBQT, em que certos comportamentos ou identidades de género são mais tolerados do que outros. A questão foi levantada se a criação de normas dentro da comunidade LBQT não acaba por replicar os padrões heteronormativos, que impõem uma ideia rígida de feminilidade, o que pode acabar resultando em exclusões internas.

The initial discussion focused on issues of gender identity and the impact of Angolan society on the expression of femininity, particularly in the context of trans women. Lack of acceptance of gender expressions outside the heteronormative norm was addressed, considering both cisgender women and bearded trans women. The central idea is that norms are imposed on what is considered "acceptable" in terms of femininity, which results in discrimination within the LGBT community itself, creating a divide regarding how trans women should express themselves.

Furthermore, the phenomenon of "boxes" within the LBQT community was discussed, in which certain behaviors or gender identities are more tolerated than others. The question was raised whether the creation of norms within the LBQT community doesn't end up replicating heteronormative standards, which impose a rigid idea of femininity, which can ultimately result in internal exclusions.

3. Tolerância em Angola: O Que Define?

Tolerance in Angola: What Defines It?

A seguir, a conversa se direcionou para o tema central da tolerância em Angola, especialmente em relação às pessoas LBQT. Vários participantes compartilharam suas experiências pessoais sobre como percebem a tolerância no país. Alguns acreditam que Angola é tolerante até certo ponto, permitindo que pessoas LBQT vivam suas identidades publicamente, embora ainda enfrentem comentários negativos e agressões verbais. A experiência de poder ir a hospitais receber atendimento sem discriminação foi citada como um avanço significativo.

No entanto, muitos participantes concordaram que a tolerância é relativa e varia dependendo do contexto. A presença de uma figura pública mulher trans em Angola foi citada como exemplo positivo, mostrando que o país tem algum grau de aceitação. No entanto, ainda há muitos desafios, como a discriminação nas ruas e dentro de instituições, como a polícia, e a falta de segurança para mulheres trans, especialmente em bairros periféricos.

The conversation then turned to the central theme of tolerance in Angola, especially toward LGBTQ+ people. Several participants shared their personal experiences regarding how they perceive tolerance in the country. Some believe that Angola is tolerant to a certain extent, allowing LGBTQ+ people to live their identities publicly, although they still face negative comments and verbal abuse. The experience of being able to go to hospitals and receive care without discrimination was cited as a significant step forward.

However, many participants agreed that tolerance is relative and varies depending on the context. The presence of a trans woman public figure in Angola was cited as a positive example, demonstrating that the country has some degree of acceptance. However, many challenges remain, such as discrimination on the streets and within institutions like the police, and lack of safety for trans women, especially in peripheral neighborhoods.

4. Diferentes Realidades Dependendo da Classe e Região

Different Realities Depending on Class

A discussão prosseguiu explorando as variações na tolerância conforme a classe social e a localização. A percepção de segurança é amplamente afetada pela classe e pela região. Foi destacado que, enquanto algumas mulheres trans em áreas urbanas como a capital podem ter maior liberdade para se expressar, em bairros periféricos ou rurais, a situação é bem diferente. Algumas pessoas relatam que a intolerância é mais agressiva em bairros mais pobres ou menos desenvolvidos, onde a discriminação pode resultar em violência física.

Outros participantes expressaram que, embora em Angola a comunidade LBQ possa enfrentar discriminação e preconceito, a situação é menos extrema do que em outros países africanos, onde agressões físicas, prisões e até mortes são comuns. No entanto, muitos ainda consideram que o país não está completamente seguro para pessoas LBQ, já que a intolerância também é evidenciada dentro de instituições públicas e até mesmo no seio familiar.

The discussion continued by exploring variations in tolerance according to social class and location. The perception of safety is largely affected by class and region. It was highlighted that, while some trans women in urban areas like the capital may have greater freedom to express themselves, in peripheral or rural neighborhoods, the situation is quite different. Some people report that intolerance is more aggressive in poorer or less developed neighborhoods, where discrimination can result in physical violence.

Other participants expressed that, although the LBQ community may face discrimination and prejudice in Angola, the situation is less extreme than in other African countries, where physical assaults, arrests, and even deaths are common. However, many still consider the country not completely safe for LBQ people, as intolerance is also evident within public institutions and even within families.

5. Conclusões e Recomendações

Conclusions and Recommendations

O debate sobre a tolerância em Angola revela uma sociedade dividida, com áreas mais progressistas e outras marcadas por forte discriminação. A percepção de tolerância em relação à comunidade LBQT depende de múltiplos factores, incluindo localização geográfica, classe social e até mesmo a identidade individual. Embora tenha havido progressos, como a aceitação pública de mulheres trans e um maior reconhecimento das questões de género, ainda há muitos desafios a serem superados, especialmente no que diz respeito à segurança e ao tratamento dentro de instituições.

The debate over tolerance in Angola reveals a divided society, with more progressive areas and others marked by strong discrimination. The perception of tolerance toward the LGBTQ+ community depends on multiple factors, including geographic location, social class, and even individual identity. While there has been progress, such as public acceptance of trans women and greater recognition of gender issues, there are still many challenges to be overcome, especially regarding safety and treatment within institutions.

5.1. Recomendações:

1. **Educação e Conscientização:** É crucial aumentar as campanhas de educação para combater preconceitos e promover a inclusão da comunidade LBQT, especialmente nas regiões periféricas.
2. **Segurança Pública:** Melhorar a formação das forças de segurança para poderem tratar as pessoas LBQT com respeito e dignidade, sem discriminação.
3. **Suporte Institucional:** As instituições públicas devem continuar a aprimorar a inclusão e o acolhimento de pessoas LBQT, especialmente nos serviços de saúde e no atendimento ao público.
4. **Diálogo Continuado:** Criar espaços de diálogo e debate dentro da comunidade LBQT para discutir as questões de identidade, discriminação e os desafios da convivência em um contexto social ainda muito heteronormativo.

Embora haja uma percepção de tolerância crescente em Angola, os desafios persistem, principalmente em regiões mais periféricas e entre as diferentes classes sociais. A luta pela aceitação total e pela eliminação das barreiras discriminatórias continua a ser um trabalho em progresso.

Although there is a growing perception of tolerance in Angola, challenges persist, particularly in more peripheral regions and among different social classes. The fight for full acceptance and the elimination of discriminatory barriers remains a work in progress.

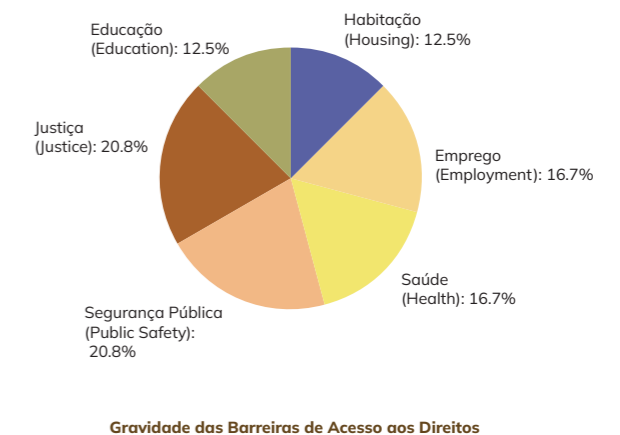
Recommendations:

1. **Education and Awareness:** It is crucial to increase education campaigns to combat prejudice and promote inclusion of the LBQT community, especially in peripheral regions.
2. **Public Safety:** Improve training for law enforcement agencies to treat LGBTQ+ people with respect and dignity, without discrimination.
3. **Institutional Support:** Public institutions must continue to improve the inclusion and acceptance of LGBTQ+ people, especially in health services and public services.
4. **Continued Dialogue:** Create spaces for dialogue and debate within the LBQT community to discuss issues of identity, discrimination, and the challenges of coexistence in a social context that is still very heteronormative.

Sessão 4 - Tolerância II Session 4 - Tolerance

Tema: Tolerância II
Data: 02 de Agosto de 2024
Duração: 1h e 28 minutos
Moderadora: Líria de Castro
N.º de Participantes: 16 mulheres trans e LBQ

Theme: Tolerance II
Date: August 2, 2024
Duration: 1 hour and 28 minutes
Moderator: Líria de Castro
Number of Participants: 16 trans and LBQ women



Lista de Presença da sessão 3: Tolerância

Atividade: Tolerância (Orientação Sexual e Identidade de Género)
Data: 02/08/2024

Nº	Nome Social	Idade	Organização	Função	Orientação Sexual (Opcional)	Nº de Telefone	Assinatura
1	Emília Chilombo Gervásio	28	ATA	Coord. Atividade	Homossexual	922204436	
2	Olivia Faria	24	-	-	Hetero	947368352	
3	Nassary Gherle	29	ATSA	Supervisor	M. Trans	937248687	
4	Ariel Anselmo	24	NESTA	G. de projecto	Pansexual	943438003	
5	Lúisa Feliz	32	ATSA	-	M.T Hetero	923809617	
6	Anna Liboma	27	Modolopida	D.G	Hetero M. Hetero	943253992	
7	Manuela Bernardo	23	Iris Angola	Ativista	M.T Hetero	939576078	
8	Saki Gabriel Go	29	Iris	Miss	Hetero	937472563	
9	Diana Pantera	24	Ed. Par	Trans	Trans	923465056	
10	Madonna Bond	26	Ed. Par	Trans	Trans	937973004	
11	Rosariana Zembo	-	-	Lésbica	Lésbica	946456966	
12	Esmeralda Jesus	-	AIA	Supervisão	Lésbica	942254836	
13	Judith Valente	27	AIA	Supervisão	BI	925365879	
14	Lúcia de Castro	-	AIA	Lésbica	-	-	
15	Cristina Mifoane	30	-	Advogada	Lésbica	922089007	
16	Mel Oliveira	-	A.T.A	D.G	Trans	928130116	

1. Ser e Sofrer: Narrativas de Intolerância e Resistência

Being and Suffering: Narratives of Intolerance and Resistance

Esta sessão traz uma série de reflexões intensas e poderosas sobre a tolerância — ou melhor, a falta dela — em relação à orientação sexual e identidade de género em Angola. A fala das participantes revela não só o quotidiano violento e hostil que enfrentam, mas também a complexidade de se existir enquanto mulher trans, lésbica ou bissexual num contexto social que ainda nega humanidade a essas vivências.

Aqui vão alguns pontos centrais que podemos destacar para uma análise mais aprofundada:

This session offers a series of intense and powerful reflections on tolerance—or rather, lack thereof—regarding sexual orientation and gender identity in Angola. The participants' accounts reveal not only the violent and hostile daily life they face, but also the complexity of existing as a trans, lesbian, or bisexual woman in a social context that still denies humanity to these experiences.

Here are some key points we can highlight for further analysis:

2. Tolerância como um conceito limitado

Tolerance as a limited concept

Ana Liboma introduz uma crítica importante: a palavra “tolerância” em si já carrega uma limitação. Ela não é sinónimo de respeito — tolerar não é o mesmo que aceitar, acolher ou garantir dignidade. Em muitos casos, o que se chama de “tolerância” é apenas um “suportar”, um “não-agir” que ainda permite olhares, comentários e exclusão.

Ana Liboma introduces an important criticism: the word "tolerance" itself carries a limitation. It is not synonymous with respect—tolerance is not the same as acceptance, welcoming or guarantee dignity. In many cases, what is called "tolerance" is merely "bearing," a "non-action" that still allows for stares, comments, and exclusion.

3. A relação entre identidade de género, expressão e violência

The relationship between gender identity, expression and violence

Madonna Bondo descreve com clareza como a passibilidade (ou seja, o quanto uma mulher trans “se parece” com uma mulher cis aos olhos da sociedade) pode influenciar directamente o nível de violência que ela sofre. Isso mostra como a sociedade cobra uma estética específica e pune quem foge dela. Essa cobrança é violenta e afecta desde o transporte público até o simples ato de andar na rua ou frequentar mercados.

Madonna Bondo clearly describes how passivity (that is, how much a trans woman "looks" like a cis woman in the eyes of society) can directly influence the level of violence she suffers. This shows how society demands a specific aesthetic and punishes those who deviate from it. This demand is violent and affects everything from public transportation to the simple act of walking down the street or visiting grocery stores.

4. Falta de acesso e desigualdade econômica

Lack of access and economic inequality

É evidente na fala das participantes que muitas não têm a possibilidade de se proteger com transporte privado ou com estratégias que outras mulheres poderiam adotar. O preconceito se agrava quando se junta à falta de recursos, e isso cria um ciclo de exclusão social. A marginalização não é apenas simbólica, mas material.

It's clear from the participants' accounts that many lack the means to protect themselves with private transportation or with strategies that other women could adopt. Prejudice is compounded by a lack of resources, creating a cycle of social exclusion. Marginalization is not just symbolic, but material.

5. Violência simbólica e institucional

Symbolic and institutional violence

As falas relatam desde xingamentos públicos até perseguições e exclusões em serviços públicos. Isso demonstra que a transfobia e lesbofobia não se limitam à esfera interpessoal — elas estão enraizadas nas instituições e na própria estrutura da sociedade.

The accounts range from public insults to harassment and exclusion from public services. This demonstrates that transphobia and lesbophobia are not limited to the interpersonal sphere—they are rooted in institutions and the very fabric of society.

6. A infância como reprodutora de preconceito

Childhood as a reproducer of prejudice

As crianças que gritam ofensas não aprenderam isso sozinhas — como bem aponta Ana, a transfobia é ensinada pelos adultos. Isso reforça a urgência de educação para os direitos humanos e para o respeito à diversidade desde cedo.

Children who shout insults didn't learn this on their own—as Ana rightly points out, transphobia is taught by adults. This reinforces the urgency of early education on human rights and respect for diversity.

7. Rejeição Familiar e Social

Family and Social Rejection

A maioria dos depoimentos relata experiências traumáticas de rejeição por parte das famílias, muitas vezes marcadas por violência verbal, psicológica e física. Esta rejeição geralmente começa na infância, com tentativas de correção de comportamentos considerados “não normativos”. Muitos relataram que foram expulsos de casa ou sofreram chantagem emocional e ameaças constantes.

Exemplo: Uma das participantes narra que foi expulsa de casa pelo pai com ameaça armada após ser exposta pela família.

Relato comum: A tolerância, quando existe, muitas vezes é motivada apenas por interesses materiais, como ajuda financeira.

Most testimonies describe traumatic experiences of rejection by their families, often marked by verbal, psychological, and physical violence. This rejection usually begins in childhood, with attempts to correct behaviors considered "non-normative." Many reported being kicked out of their homes or suffering emotional blackmail and constant threats.

Example: One of the participants says that she was kicked out of the house by her father with armed threats after being exposed by her family.

Common report: Tolerance, when it exists, is often motivated only by material interests, such as financial aid.

8. Tolerância Condicional

Conditional Tolerance

Os testemunhos mostram que a suposta “tolerância” por parte de familiares ou pessoas próximas é frequentemente baseada em interesses pessoais, e não em respeito verdadeiro pela identidade de gênero ou orientação sexual da pessoa.

Ao atingirem um certo sucesso profissional ou estabilidade econômica, muitas pessoas relataram um súbito “reconhecimento” ou tentativa de aproximação por parte de familiares que antes as rejeitavam.

Reflexão: A tolerância é questionada como falsa e oportunista — ela não resiste ao desaparecimento de benefícios materiais.

Testimonies show that supposed “tolerance” on the part of family members or close associates is often based on personal interests, and not on true respect for a person’s gender identity or sexual orientation.

Upon achieving a certain level of professional success or economic stability, many people report a sudden “recognition” or attempt to reach out to them from family members who previously rejected them.

Reflection: Tolerance is questioned as false and opportunistic — it cannot withstand the disappearance of material benefits.

9. Discriminação em Espaços Públicos e Profissionais

Discrimination in Public and Professional Spaces

Diversas participantes destacam que a discriminação se estende também a contextos como o trabalho e instituições de ensino. Casos de comentários homofóbicos, tentativas de ridicularização e exclusão foram recorrentes.

*Uma das participantes, estagiária em um escritório de advocacia, relata como foi provocada com temas sensíveis para testar sua reação emocional.

*Outros relatos citam o assédio moral camuflado de brincadeira, que causa profunda desgaste emocional.

Several participants emphasized that discrimination also extends to contexts such as the workplace and educational institutions. Instances of homophobic comments, attempts at ridicule, and exclusion were common.

*One of the participants, an intern at a law firm, recounts how she was challenged with sensitive topics to test her emotional reaction.

*Other reports cite moral harassment disguised as a joke, which causes profound emotional distress.

10. Resistência e Auto afirmação

Resistance and Self-assertion

Apesar de todas as adversidades, os relatos mostram uma constante busca por autonomia, dignidade e força. A “oficialização” da identidade de gênero ou orientação sexual é, para muitas, uma forma de resistência.

*Exemplo marcante: “Manda foder” é repetido como um lema de empoderamento diante da hipocrisia social e familiar.

*Muitas das participantes destacam a importância de se apoiar mutuamente e criar redes de solidariedade dentro da comunidade.

*Diana Pantera, por exemplo, mostra uma postura de enfrentamento directo. Ela contesta, responde, exige respeito. Essa é uma forma de resistência importante.

*Madonna e a Ana trazem outras estratégias: algumas preferem se calar para se proteger, outras transformam sua dor em fala pública.

Despite all the adversity, the stories reveal a constant search for autonomy, dignity, and strength. For many, the “officialization” of gender identity or sexual orientation is a form of resistance.

*Striking example: “Go fuck yourself” is repeated as a motto of empowerment in the face of social and family hypocrisy.

*Many of the participants emphasize the importance of supporting each other and creating solidarity networks within the community.

*Diana Pantera, for example, demonstrates a posture of direct confrontation. She challenges, responds, and demands respect. This is an important form of resistance.

*Madonna and Ana bring other strategies: some prefer to remain silent to protect themselves, others transform their pain into public speech.

11. Hipocrisia e Falsidade dentro e fora da Comunidade

Hypocrisy and Falsehood within and outside the Community

Alguns depoimentos abordam também a fragilidade das relações dentro da própria comunidade LGBTQI+, mencionando episódios de competição, falsidade ou falta de apoio mútuo.

*Isso é identificado como um desafio adicional à luta contra a opressão externa.

*Reforça-se a importância de união, cuidado e empatia dentro da própria comunidade.

Some testimonies also address the fragility of relationships within the LGBTQI+ community itself, mentioning episodes of competition, deceit, or lack of mutual support.

*This is identified as an additional challenge to the fight against external oppression.

*The importance of unity, care and empathy within the community itself is reinforced.

12. Conclusão e Recomendações

As experiências compartilhadas revelam que a luta por aceitação e respeito ultrapassa o âmbito pessoal, tornando-se uma questão política e social urgente. A verdadeira tolerância só é possível com empatia, reconhecimento da dignidade humana e ações concretas de apoio, não apenas quando há interesse envolvido.

É uma luta contínua, muitas vezes solitária, mas fortalecida pelo coletivo. A sobrevivência e resistência dessas pessoas são, por si só, formas de militância.

12.1. Recomendações

1. Educação Inclusiva: Promover campanhas e formações para escolas, famílias e comunidades sobre diversidade sexual e de gênero.
2. Apoio Psicológico e Jurídico: Criar redes acessíveis para acolhimento e orientação de pessoas LBQTI+.
3. Fortalecimento Comunitário: Incentivar espaços seguros de convivência e partilha de experiências dentro da própria comunidade.
4. Responsabilização Institucional: Criar mecanismos eficazes de denúncia e punição de discriminações em ambientes profissionais e públicos.

Conclusion and Recommendations

The shared experiences reveal that the struggle for acceptance and respect goes beyond the personal sphere, becoming an urgent political and social issue. True tolerance is only possible with empathy, recognition of human dignity, and concrete actions of support, not just when self-interest is involved.

*It is an ongoing struggle, often solitary, but strengthened by the collective.

*The survival and resistance of these people are, in themselves, forms of militancy.

Recommendations

Inclusive Education: Promote campaigns and training for schools, families and communities on sexual and gender diversity.

Psychological and Legal Support: Create accessible networks to welcome and guide LBQTI+ people.

Community Strengthening: Encourage safe spaces for coexistence and sharing experiences within the community itself.

Institutional Accountability: Create effective mechanisms for reporting and punishing discrimination in professional and public environments.

Sessão 5: Violência

Session 5: Violence

Tema: Percepção Geral sobre Violência Contra Mulheres Lésbicas e Trans em Angola
 Data: 19 de Julho de 2024
 Duração: 1h e 25 minutos
 Moderadora: Líria de Castro
 N.º Participantes: 15 mulheres trans e LBQ

Theme: General Perception of Violence Against Lesbian and Trans Women in Angola
 Date: July 19, 2024
 Duration: 1 hour and 25 minutes
 Moderator: Líria de Castro
 Number of Participants: 15 trans and LBQ women

Gráfico 2 - Gravidades das barreiras de Acesso aos Direitos

Cada barra representa o nível de exclusão ou dificuldade relatada pelos participantes.
 28,8% - Barreira extrema (muito recorrente nos relatos): Exclusão muito recorrente e estrutural, como em Justiça
 16,5% - Barreira Muito Grave: Obstáculos frequentes e impactantes;
 12,5% - Barreira Moderada, mas Grave: Exclusões persistentes e preocupantes.



Sessões 5 e 6: Violência I e II.

Lista de Presença da sessão

Atividade: Direitos Humanos: Projeção sobre Questões de Violência Homo-Transfóbica em Angola contra M.T. e LGBT
 Data: 08/08/2024

Nº	Nome Social	Idade	Organização	Função	Orientação Sexual (Opcional)	Nº de Telefone	Assinatura
1	Emília Chilombo Gervásio	28	AIA	S. Atividades	Homossexual	922204436	
2	Nassary Gherlle	29	ATSA	Supervisão	M. Trans	937748687	
3	Luísa Feliz	32	-	-	M. Trans	933309617	
4	Belclina	30	ATSA	-	M. Trans	998852998	
5	Rosalina Zembo	-	-	G. de projectos	Lésbica	946456960	
6	Ariel Anselmo	24	MESTA	Ed. Par	Transexual	943428003	
7	Diana Pantera	24	IRIS A.	Ed. Par	Trans	923465056	
8	Madonna Bond	26	IRIS	-	Hetero	937573005	
9	Saki Gabriel José	29	IRIS	Miss	M. H.	931472563	
10	Manuela Bernardo	23	IRIS	Ed. Par	Trans	939576078	
11	Neyki Leal	25	IRIS	Reporter	Trans	946472944	
12	Olívia Faria	24	IRIS	-	MT	942368352	
13	Anna Liboma	27	-	D.G	Mulher Trans (Hetero)	943253792	
14	Mel Oliveira	-	Mesa Redonda	D.G	Trans	928130116	
15	Esmeralda Jesus	-	A.T.S.A	Supervisão	Lésbica	942254836	
16	Judith Valente	27	AIA	Supervisão	Bi	925365879	
17	Maura Melaço	25	AIA	-	MT	933401776	
18	Denilson Agostinho	22	-	-	-	922208749	
19	Madalena Kiss	33	-	-	MT	952229098	
20	Lúcia de Castro	-	AIA	D. G	-	-	

1. Percepção Geral sobre Violência Contra Mulheres Lésbicas e Trans em Angola

General Perception of Violence Against Lesbian and Trans Women in Angola

A violência homotransfóbica continua a ser um problema grave em Angola, afectando especialmente mulheres lésbicas e trans, esta sessão destaca as discussões sobre os impactos da violência física, psicológica e social enfrentada por essas mulheres, incluindo relatos pessoais de discriminação, agressões e os efeitos psicológicos derivados dessas experiências.

Homophobic and transphobic violence continues to be a serious problem in Angola, especially affecting lesbian and trans women. This session highlights discussions on the impacts of physical, psychological and social violence faced by these women, including personal accounts of discrimination, aggression and the psychological effects derived from these experiences.

2. Relatos de Violência

Reports of Violence

As discussões reflectiram as diferentes formas de violência que afectam a comunidade LGBT, especialmente as mulheres trans e lésbicas. Os relatos incluíram agressões físicas, como o caso de uma participante que foi cortada com uma lâmina nas costas por marginais na Praça do Kikolo, e agressões psicológicas, como provocações constantes e olhares discriminatórios que afectam a autoestima e o bem-estar mental.

Agressões Psicológicas e Físicas: Muitas mulheres trans e lésbicas relatam ser alvo de agressões constantes, o que gera estresse emocional significativo. A repressão dos sentimentos após esses momentos de agressão pode causar uma sensação de impotência, especialmente em ambientes como o local de trabalho ou em público, onde a exposição pode resultar em represálias.

Agressões Físicas: Além da violência psicológica, as agressões físicas também são uma constante, como evidenciado pelo incidente de uma participante que sofreu um corte nas costas por marginais. Esse tipo de violência gera trauma e medo, além de levar as vítimas a modificar seu comportamento, como mudar o estilo de vestuário para evitar discriminação.

The discussions reflected the different forms of violence that affect the LGBT community, especially trans women and lesbians. Reports included physical assaults, such as the case of a participant who was slashed in the back by criminals in Kikolo Square, and psychological assaults, such as constant provocations and discriminatory looks that affect self-esteem and mental well-being.

Psychological and Physical Aggression: Many trans women and lesbians report being the target of constant harassment, which causes significant emotional distress. Repressing feelings after these moments of aggression can lead to feelings of powerlessness, especially in settings like the workplace or in public, where exposure can result in retaliation.

Physical Assaults: In addition to psychological violence, physical aggression is also common, as evidenced by the incident of a participant who was cut on the back by criminals. This type of violence generates trauma and fear, and also leads victims to modify their behavior, such as changing their clothing style to avoid discrimination.

3. Impacto das Palavras e Estigmas

Impact of Words and Stigmas

A violência verbal e os estigmas sociais também desempenham um papel significativo no sofrimento das pessoas LBQT, com destaque para o uso de termos depreciativos, como o termo “perder” para descrever indivíduos LBQT. Embora algumas pessoas não considerem o termo ofensivo, ele provoca um mal-estar psicológico em muitos, fazendo com que se sintam desrespeitadas e diminuídas.

Estigma e a Reacção Social: A falta de apoio das famílias em situações de discriminação agrava ainda mais o sofrimento. Muitas vezes, a discriminação não é combatida, resultando em um ciclo de violência que perpetua o estigma na sociedade angolana.

Verbal abuse and social stigma also play a significant role in the suffering of LBQT people, particularly the use of derogatory terms, such as "loser," to describe LBQT individuals. While some people don't find the term offensive, it causes psychological distress in many, making them feel disrespected and diminished.

Stigma and Social Reaction: Lack of support from families in situations of discrimination further exacerbates the suffering. Often, discrimination goes unchallenged, resulting in a cycle of violence that perpetuates stigma in Angolan society.

4. Estratégias de Enfrentamento da Violência

Strategies for Confronting Violence

A maneira como as vítimas lidam com a violência é diversa. Algumas participantes adoptam estratégias de evasão, como ignorar as provocações para evitar confrontos directos. Embora essa abordagem possa ajudar a evitar conflitos, ela também traz frustração e raiva, pois o desejo de reagir contra a opressão é forte.

Resiliência e Evasão: Mel, uma das participantes, destacou a importância de não reagir à violência verbal. Ela defende que a ausência de reacção enfraquece o impacto da discriminação e tira o poder dos agressores, sugerindo que a resiliência e a dignidade são essenciais para resistir à violência.

Luta e Defesa: Ana Liboma, outra participante, enfatizou que a resistência também é uma forma importante de afirmar a identidade e os direitos das pessoas LGBT. Responder de forma firme, mas sem perder a compostura, é considerado uma estratégia eficaz para lidar com o preconceito sem o exacerbar.

Victims deal with violence in a variety of ways. Some participants adopt avoidance strategies, such as ignoring provocations to avoid direct confrontation. While this approach can help avoid conflict, it also leads to frustration and anger, as the desire to react against oppression is strong.

Resilience and Evasion: Mel, one of the participants, highlighted the importance of not reacting to verbal violence. She argues that not reacting weakens the impact of discrimination and takes away the power of aggressors, suggesting that resilience and dignity are essential to resisting violence.

Fight and Defense: Ana Liboma, another participant, emphasized that resistance is also an important way to assert the identity and rights of LGBT people. Responding firmly, but without losing composure, is considered an effective strategy for dealing with prejudice without exacerbating it.

5. Influências Externas e o Legado Colonial

External Influences and the Colonial Legacy

A discussão também abordou o impacto das normas sociais e culturais, que muitas vezes são herdadas do colonialismo, na perpetuação da intolerância e do preconceito. A imposição de normas rígidas de género e sexualidade durante o período colonial moldou as atitudes discriminatórias, que continuam a afectar a sociedade angolana.

Colonialismo e Influências Religiosas: Mel e outras participantes reflectiram sobre como as influências coloniais e religiosas ainda desempenham um papel importante na formação de atitudes discriminatórias. Essas influências perpetuam normas de género e sexualidade que dificultam a aceitação da diversidade em Angola.

The discussion also addressed the impact of social and cultural norms, often inherited from colonialism, on perpetuating intolerance and prejudice. The imposition of rigid gender and sexuality norms during the colonial period shaped discriminatory attitudes, which continue to affect Angolan society.

Colonialism and Religious Influences: Mel and other participants reflected on how colonial and religious influences still play a significant role in shaping discriminatory attitudes. These influences

perpetuate gender and sexuality norms that hinder the acceptance of diversity in Angola.

6. Conclusões e Recomendações

O debate sobre a violência homotransfóbica e a discriminação contra pessoas LBQT, especialmente mulheres lésbicas e trans, revela um problema profundo que afecta a vida quotidiana dessas pessoas. A violência não se limita a agressões físicas, mas também se manifesta de forma psicológica, afectando a autoestima, o bem-estar mental e a qualidade de vida. As estratégias de enfrentamento variam entre evitar confrontos directos e resistir de forma assertiva, com a resiliência sendo destacada como uma forma importante de lidar com o estigma.

Por fim, as influências externas, como o colonialismo e as normas religiosas, continuam a moldar atitudes discriminatórias na sociedade angolana, dificultando o processo de aceitação da diversidade sexual e de género. É crucial que a sociedade angolana enfrente esses desafios, promovendo a aceitação e a protecção dos direitos das pessoas LGBT.

Conclusions and Recommendations

The debate on homophobic violence and discrimination against LGBTQ+ people, especially lesbian and trans women, reveals a profound problem that affects their daily lives. Violence is not limited to physical assaults but also manifests psychologically, affecting self-esteem, mental well-being, and quality of life. Coping strategies range from avoiding direct confrontation to assertive resistance, with resilience highlighted as an important way to deal with stigma.

Finally, external influences, such as colonialism and religious norms, continue to shape discriminatory attitudes in Angolan society, hindering the process of accepting sexual and gender diversity. It is crucial that Angolan society confront these challenges by promoting acceptance and protecting the rights of LGBT people.

6.1. Recomendações

Criação de espaços de apoio psicológico para vítimas de violência homotransfóbica, visando ajudar na recuperação emocional e mental.

Promoção de campanhas educativas sobre diversidade sexual e de género para desconstruir estigmas e promover a aceitação.

Apoio institucional e legal para garantir que as vítimas de violência homotransfóbica tenham suporte adequado, incluindo acompanhamento jurídico.

Discussão sobre políticas públicas que abordem a violência de forma abrangente, garantindo a segurança e os direitos das pessoas LBQT.

Recommendations

Creation of psychological support spaces for victims of homophobic and transphobic violence, aiming to help with emotional and mental recovery.

Promotion of educational campaigns on sexual and gender diversity to deconstruct stigmas and promote acceptance.

Institutional and legal support to ensure that victims of homophobic and transphobic violence have adequate support, including legal counseling.

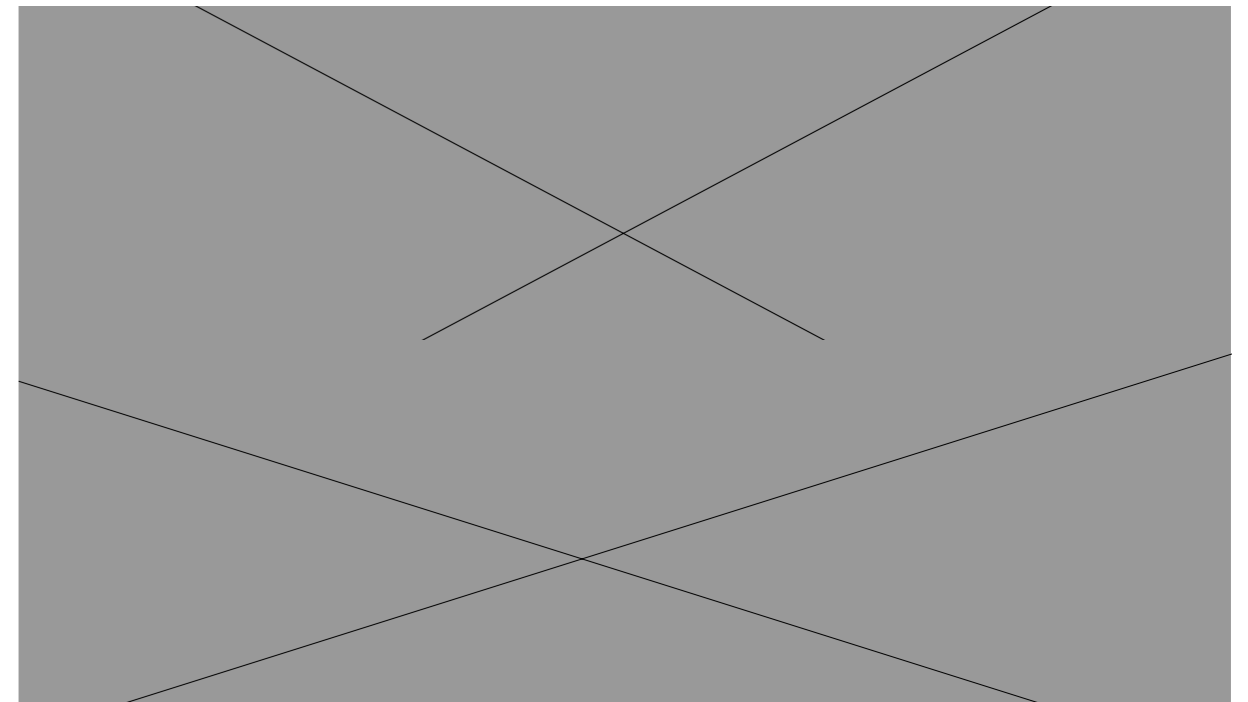
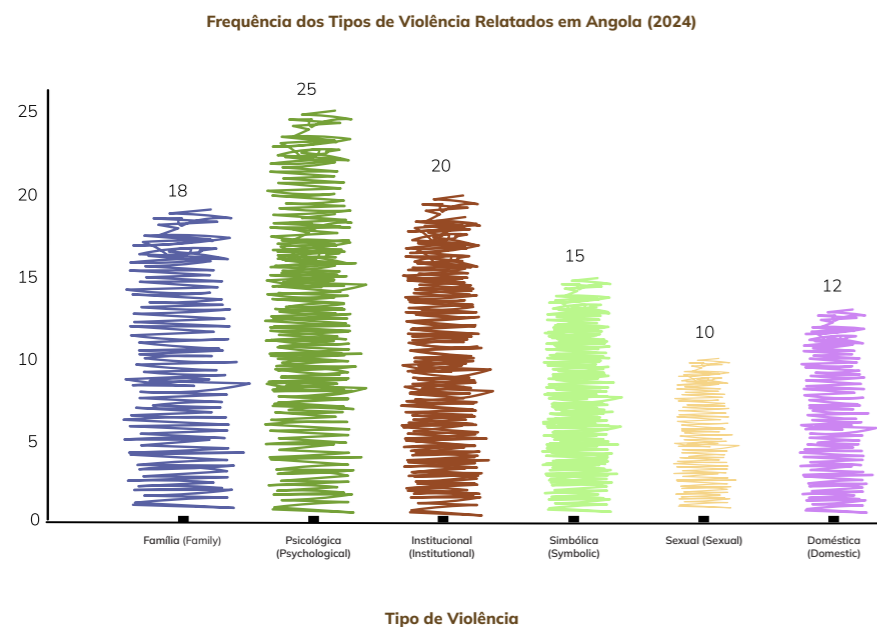
Discussion on public policies that address violence comprehensively, ensuring the safety and rights of LGBTQ+ people.

Sessão 6: Violência Session 6: Violence

Tema: Experiências Pessoais
Data: 16 de Agosto de 2024
Duração: 1h e 52 minutos
Moderadora: Líria de Castro
N.º de Participantes: 20 mulheres trans e LBQ

Theme: Personal Experiences
Date: August 16, 2024
Duration: 1 hour and 52 minutes
Moderator: Líria de Castro
Number of Participants: 20 trans and LBQ women

Gráfico 3 - Incidência de diferentes formas de violência entre participantes
Sessões 5 e 6: Violência I e II.



Lista de Presença da sessão

Atividade: Tolerância (Orientação Sexual e Identidade de Género)
Data: 02/08/2024

Nº	Nome Social	Idade	Organização	Função	Orientação Sexual (Opcional)	Nº de Telefone	Assinatura
1	Emília Gervásio	28	AIA	C. Atividades	Homossexual	922204436	
2	Margarida Giesele	29	ATSA	Supervisão	M. Trans	937548827	
3	LUÍSA FELIZ	32	ATSA	-	Hetero	933309617	
4	Rosalina Zemba	-	-	-	Lésbica	946456966	
5	Judith Aldodo Valente	27	AIA	Supervisão	B	925365879	
6	Diana Santana	24	Iris Angola	Ed. Par.	Trans	923465056	
7	Esmeralda Jesus	-	AIA	Supervisão	lésbica	942254836	
8	Lívia Farid	24	-	-	-	942368235	
9	Navi Telal	29	Iris Angola	Reporter	Trans	946472944	
10	Anny Liboma	29	Mesa redonda	D.G	Hetero M. Trans	943253792	
11	Madonna Banda Zangula	26	IRIS Angola	Ed. Par	-	937573085	
12	Manuela Bernardo	23	Iris Angola	Ed. Par	Trans	939576078	
13	Saki Gabriel Crê	29	Iris Angola	Miss	T.H	931472563	
14	Elisa Baltazar	31	Iris Angola		Trans	938852998	
15	Irel Oliveira	24	A.T.S.A	D.G.	Trans	928130116	
16	Sandra Frederico	79	Trans	-	Trans	943961758	
17	Maura Malaça	25		-	Trans	933401776	
18	Alice João	23	Trans	-	-	935229098	
19	Denilson Agostinho	22		-	-	922208748	
20	Lívia De Carmo	-	AIA	D.G.	-	-	

1. Violência e Experiências Pessoais

Violence and Personal Experiences

A sétima sessão contou com a participação de mulheres trans e LBQ, que partilharam os seus testemunhos pessoais sobre situações de violência, abuso e rejeição nos âmbitos familiar e social. Os relatos evidenciaram os obstáculos enfrentados em razão da sua identidade de género e orientação sexual. Para fins de sistematização, serão apresentados apenas os testemunhos de duas participantes.

The seventh session featured trans and LGBTQ women who shared their personal testimonies about situations of violence, abuse, and rejection within their families and society. Their accounts highlighted the obstacles they faced due to their gender identity and sexual orientation. For the sake of systematization, only the testimonies of two participants will be presented.

2. Discussão sobre Violência e Experiências Pessoais

Discussion on Violence and Personal Experiences

A conversa se inicia com uma discussão sobre a violência vivenciada pela comunidade trans. A moderadora questiona as participantes sobre suas experiências pessoais de violência, abordando diferentes formas de abuso, seja dentro de casa, no trabalho ou em relações pessoais. Ela destaca como a violência pode se manifestar de diversas maneiras em qualquer ambiente, seja familiar, profissional ou social. O objectivo desta secção é dar espaço para as participantes compartilharem suas vivências de violência, preparando o terreno para relatos mais específicos.

The conversation begins with a discussion about the violence experienced by the trans community. The moderator asks participants about their personal experiences of violence, addressing different forms of abuse, whether at home, at work, or in personal relationships. She highlights how violence can manifest itself in a variety of ways in any setting, whether family, professional, or social. The purpose of this section is to provide a space for participants to share their experiences of violence, paving the way for more specific accounts.

a). Depoimento 1

Testimony 1

Manuela Bernardo compartilha suas experiências de violência, destacando dois episódios distintos. O primeiro ocorreu na rua, quando ela foi atacada por um jovem enquanto estava a caminho de casa. Após ser provocada, Manuela reagiu e foi atacada com um objecto, resultando em uma luta física. Ela também relata um episódio de violência doméstica, envolvendo seu irmão e pai. A situação começou com um desentendimento sobre dinheiro, com o irmão acusando-a de pegar o seu dinheiro, o que levou à agressão física por parte de seu pai. Manuela descreve a violência como um reflexo das tensões familiares relacionadas à sua identidade de género. Apesar de toda a violência, ela recebeu apoio de vizinhos, que repudiaram a atitude do pai.

Manuela segue com a narrativa de violência doméstica, detalhando como a situação se agravou dentro de sua casa, principalmente devido à sua orientação sexual e identidade de género. Ela explica que, após um episódio de agressão por parte do pai, decidiu fugir para a casa de uma amiga, mas o impacto psicológico da violência ainda a afecta. Manuela destaca a rejeição familiar que sofreu, principalmente por parte de sua mãe, e como isso foi directamente relacionado à sua identidade de género e sexualidade.

Manuela Bernardoshares her experiences of violence, highlighting two distinct episodes. The first occurred on the street, when she was attacked by a young man while walking home. After being provoked, Manuela reacted and was attacked with an object, resulting in a physical fight. She also recounts an episode of domestic violence involving her brother and father. The situation began with a disagreement over money, with her brother accusing her of taking his money, which led to physical aggression by her father. Manuela describes the violence as a reflection of family tensions related to her gender identity. Despite all the violence, she received support from neighbors, who condemned her father's actions.

Manuela continues her narrative of domestic violence, detailing how the situation worsened within her home, primarily due to her sexual orientation and gender identity. She explains that, after an episode of aggression by her father, she decided to flee.

to a friend's house, but the psychological impact of the violence still affects her. Manuela highlights the family rejection she suffered, especially from her mother, and how this was directly related to her gender identity and sexuality.

b). Depoimento 2

Testimony 2

1. Maura Melaço compartilha seu relato de abuso familiar, com ênfase na violência perpetrada por seu irmão mais velho. O abuso começou com a rejeição de sua identidade sexual, que levou o irmão a tratá-la de maneira cruel. O ponto culminante da violência ocorreu quando seu irmão a queimou com água quente após um desentendimento sobre sua orientação sexual. Ele tentou expulsá-la de casa e afirmou que preferia vê-la morta do que vivendo daquele jeito. Maura procurou ajuda policial, mas enfrentou dificuldades, pois inicialmente não foi bem acolhida pelas autoridades. No entanto, com o auxílio de um policial, foi possível prender o irmão por uma semana, o que gerou distanciamento familiar.

2. Situação de Distanciamento Familiar e Trauma

Após o incidente de violência, a relação de Maura com seu irmão ficou irreparável. Apesar das tentativas de reconciliar as relações familiares, a situação piorou, levando Maura a se afastar sempre que ele estava presente. A tensão permanece, com o irmão tentando provocar conflitos, especialmente em encontros familiares. Maura expressa um medo crescente de que a violência possa se intensificar, considerando o histórico de abusos vividos.

Maura Melaço shares her story of family abuse, emphasizing the violence perpetrated by her older brother. The abuse began with the rejection of her sexual identity, which led her brother to treat her cruelly. The culmination of the violence occurred when her brother burned her with hot water after a disagreement about her sexual orientation. He tried to throw her out of the house, stating that he would rather see her dead than live that way. Maura sought police help but faced difficulties, as she was initially not well received by the authorities. However, with the help of a police officer, it was possible to detain her brother for a week, which created family estrangement.

Situation of Family Distancing and Trauma

After the violent incident, Maura's relationship with her brother became irreparable. Despite attempts to reconcile the family, the situation worsened, leading Maura to withdraw whenever he was present. The tension remains, with her brother trying to provoke conflict, especially at family gatherings. Maura expresses a growing fear that the violence could escalate, given her history of abuse.

c). Depoimento 3

Testimony 3

1. Violência Sexual e Suporte Psicológico

Soki compartilha uma experiência traumática de violência sexual, quando tinha 17 anos foi agredida sexualmente por um grupo de três pessoas. Na época, ela ainda não se identificava como afeminada, sem entender plenamente sua identidade como mulher trans. Ela relata o sofrimento de não ter com quem compartilhar sua dor, mas encontrou apoio na tia, que a ajudou a lidar com o trauma emocional. Soki destaca que, na época, havia pouca informação sobre violência contra pessoas trans, o que a fez sentir-se ainda mais isolada. Apesar da dor, ela conseguiu superar a experiência, embora tenha marcado profundamente sua vida.

2. Violência Dentro da Família e Apoio Limitado

Soki também menciona as pressões psicológicas e emocionais que sofreu dentro de sua família. Embora a violência física tenha sido relativamente limitada, ela foi forçada a se posicionar como homem, o que contrariava sua identidade de gênero. Em um episódio particularmente traumático, Soki foi agredida e expulsa de casa pelos avós, que eram extremamente religiosos e não aceitavam sua identidade. Esse ato resultou em um distanciamento ainda maior dentro da família. No entanto, ao longo do tempo, sua família começou a entender sua identidade e passou a oferecer apoio.

1. Sexual Violence and Psychological Support

Soki shares a traumatic experience of sexual violence. When she was 17, she was sexually assaulted by a group of three people. At the time, she didn't yet identify as effeminate, and didn't fully understand her identity as a trans woman. She recounts the suffering of having no one to share her pain with, but found support in her aunt, who helped her cope with the emotional trauma. Soki emphasizes that, at the time, there was little information about violence against trans people, which made her feel even more isolated. Despite the pain, she managed to overcome the experience, although it left a profound mark on her life.

2. Violence Within the Family and Limited Support

Soki also mentions the psychological and emotional pressures she suffered within her family. Although the physical violence was relatively limited, she was forced to identify as a man, which contradicted her gender identity. In one particularly traumatic episode, Soki was assaulted and thrown out of the house by her grandparents, who were extremely religious and did not accept her identity. This act resulted in an even greater estrangement within the family. However, over time, her family began to understand her identity and began offering support.

I understand that you'd like to reorganize these testimonials while maintaining their originality. I'll organize them in a more fluid and clear format, preserving the original content. Here's the reorganization:

d). Depoimento 4

Testimony 4

1. A Agressão Dentro da Polícia

Outro relato envolve uma mulher trans de nome Luísa que foi detida por um agente policial após um problema relacionado a uma amiga. Durante a detenção, ela foi submetida a agressões físicas e psicológicas intensas por parte dos policiais, sendo chamada de nomes humilhantes e torturada com o objetivo de forçá-la a “mudar de género” e deixar de ser quem era.

A situação se agravou quando um agente policial usou uma Catana para agredi-la, batendo repetidamente até se cansar. Ela foi mantida em uma cela por vários dias, onde mais abusos ocorreram.

Após seis dias, ela foi liberta, mas a investigação policial não resultou em justiça. Ela foi recebida com desprezo por outros agentes, que a trataram de forma discriminatória, com olhares de repúdio. No fim, não houve responsabilização pela tortura que ela sofreu.

1. Aggression Within the Police

Another story involves a trans woman named Luísa who was detained by a police officer after a problem involving a friend. During her detention, she was subjected to intense physical and psychological abuse by the officers, called humiliating names, and tortured with the aim of forcing her to "change her gender" and stop being who she was.

The situation escalated when a police officer used a machete to assault her, repeatedly beating her until he became exhausted. She was held in a cell for several days, where further abuse occurred.

After six days, she was released, but the police investigation failed to bring justice. She was met with contempt by other officers, who treated her discriminatorily, with looks of disgust. In the end, there was no accountability for the torture she suffered.

e). Depoimento 5

Testimony 5

1. A Discriminação e Violência Familiar

Neste depoimento, Sandra, mulher trans, fala sobre a violência que enfrentou em casa devido à sua orientação sexual. Seu pai, um alcoólatra, a agredia física e verbalmente, especialmente quando estava sob o efeito do álcool. Sua mãe, embora a apoiasse, também foi vítima de violência do marido, que atacava a casa quando não estava satisfeito.

Cansada das agressões constantes e da discriminação em sua província, decidiu se mudar para Luanda, onde a discriminação também existia, mas ao menos encontrava mais aceitação dentro de algumas famílias. No entanto, ela também enfrentou desafios para encontrar emprego e um lugar seguro para morar.

Esses depoimentos revelam a intensa violência e discriminação enfrentada por mulheres trans e membros da comunidade LGBTQIA+ em Angola, seja por familiares, autoridades ou desconhecidos. A luta por aceitação, respeito e segurança continua sendo um desafio constante.

1. Discrimination and Family Violence

In this testimony, Sandra, a trans woman, talks about the violence she faced at home because of her sexual orientation. Her father, an alcoholic, physically and verbally abused her, especially when he was under the influence. Her mother, although supportive, was also a victim of violence from her husband, who would attack the house when he was dissatisfied.

Tired of the constant harassment and discrimination in her province, she decided to move to Luanda, where discrimination also existed, but at least she found more acceptance within some families. However, she also faced challenges finding employment and a safe place to live.

These testimonies reveal the intense violence and discrimination faced by trans women and members of the LGBTQIA+ community in Angola, whether by family members, authorities, or strangers. The struggle for acceptance, respect, and safety remains a constant challenge.

3. Conclusão

Conclusion

Os relatos apresentados por Manuela Bernardo, Maura Melaço, Soki, Luísa e Sandra, juntamente com as experiências de outras participantes, evidenciam a dura realidade da violência enfrentada pela comunidade trans. As experiências de abuso físico, psicológico e sexual revelam o impacto profundo dessas vivências na vida emocional e mental das participantes. A construção de uma rede de apoio, especialmente familiar, tem sido fundamental para a sobrevivência e recuperação de todas. Além disso, a falta de conhecimento e de recursos adequados para lidar com essas situações coloca a comunidade trans em uma posição de vulnerabilidade, o que reforça a necessidade urgente de políticas públicas mais eficazes e de maior conscientização sobre as questões enfrentadas por essas mulheres.

The accounts presented by Manuela Bernardo, Maura Melaço, Soki, Luísa, and Sandra, along with the experiences of other participants, highlight the harsh reality of violence faced by the trans community. Experiences of physical, psychological, and sexual abuse reveal the profound impact these experiences have on the participants' emotional and mental lives. Building a support network, especially family support, has been crucial to their survival and recovery. Furthermore, lack of knowledge and adequate resources to deal with these situations places the trans community in a vulnerable position, reinforcing the urgent need for more effective public policies and greater awareness of the issues these women face.

Sessão 7: Quadro Legal Session 7: Legal Framework

Tema: Aplicação do novo Código Penal e os direitos das mulheres trans e LBQ
Data: 20 de Agosto de 2024
Duração: 1h e 27 minutos
Moderadora: Líria de Castro
N.º de Participantes: 19 mulheres trans e LBQ

Theme: Application of the new Penal Code and the rights of trans and LBQ women
Date: August 20, 2024
Duration: 1 hour and 27 minutes
Moderator: Líria de Castro
Number of Participants: 19 trans and LBQ women



Lista de Presença da sessão

Atividade: Quadro legal (código penal) – Encontro de auscultação
Data: 20/08/2024

Nº	Nome Social	Idade	Organização	Função	Orientação Sexual (Opcional)	Nº de Telefone	Assinatura
1	Emília Gervásio	28	AIA	C. Atividades	Homossexual	922204436	
2	Rosalina Zembo	30	-	-	Lésbica	946456966	
3	Elisa Baltazar	-	-	-	Trans	938852998	
4	LUISA FELIZ	32	-	-	Trans	933309617	
5	Manuela Bernardo	24	Iris Angola	Ed. Par	Trans	939576078	
6	Navi Leal	25	Iris Angola	Reporter	Trans	946472944	
7	Madonna Banda Zangula	26	Iris	Ed. Par	-	937573085	
8	Olívia Farias	24	-	-	Trans	942368352	
9	Anna Liboma	27	Mesa redonda	D.S.	M. Trans (HETERO)	943253792	
10	Cristina S. Mulenda	33	-	-	-	-	
11	Alice João	33	-	-	Trans	935229098	
12	Sandra Frederico	19	-	-	Hetero	955183873	
13	Maura Malaça	25	-	Vendedora	Trans	943961758	
14	Esmeralda Jesus	-	AIA	Supervisão	Trans	933401776	
15	Judith Valente	27	AIA	Supervisão	Bi	925365879	
16	Saki Gabriel Crê	29	Iris	Miss	M. H	937472563	
17	Denilson Agostinho	22	-	-	-	922208749	
18	Irel Oliveira	-	A.T.S.A	D.G.	trans	928130116	
19	Líria de Carmo	-	AIA	D.C.	-	-	

1. Aplicação do novo Código Penal e os direitos das mulheres trans e LBQ

Application of the new Penal Code and the rights of trans and LBQ women

O debate teve como foco a aplicação do novo Código Penal e os direitos das pessoas LBQTI, especialmente no que diz respeito à discriminação com base na orientação sexual e identidade de género. Durante a conversa, discutiram-se as implicações legais desse código, sua eficácia e a realidade vivida pelas pessoas trans e outras minorias dentro da comunidade LBQTI em Angola.

The debate focused on the application of the new Penal Code and the rights of LGBTQIA+ people, especially regarding discrimination based on sexual orientation and gender identity. During the conversation, the legal implications of this code, its effectiveness, and the realities faced by trans people and other minorities within the LGBTQIA+ community in Angola were discussed.

2. Desafios do Novo Código Penal

Challenges of the New Penal Code

A discussão abordou a aprovação do novo Código Penal em Angola, que visava criminalizar a discriminação com base na orientação sexual, mas sem incluir a identidade de género das pessoas trans. Apesar da implementação dessa lei, foi amplamente discutido que a prática de discriminação continua a ser um problema crescente. Vários participantes expressaram a percepção de que, embora o código seja apresentado como uma forma de inclusão, ele ainda não protege adequadamente as mulheres trans e outras identidades de género não conformes.

The discussion addressed the approval of Angola's new Penal Code, which aimed to criminalize discrimination based on sexual orientation but did not include the gender identity of trans people. Despite the implementation of this law, it was widely discussed that discrimination remains a growing problem. Several participants expressed the perception that, although the code is presented as a form of inclusion, it still does not adequately protect trans women and other gender non-conforming identities.

3. Falta de Eficácia na Implementação

Lack of Effectiveness in Implementation

Muitos dos participantes relataram a falta de visibilidade e efectividade da lei, na prática. Apesar de estar formalmente estabelecida no Código Penal, a legislação não tem sido aplicada de maneira consistente, e os processos judiciais relacionados a crimes de discriminação contra a orientação sexual e identidade de género muitas vezes são negligenciados ou arquivados. Os relatos de participantes indicaram que, em muitas ocasiões, quando as vítimas de discriminação tentam registar uma queixa na polícia, seus casos são ignorados ou desaparecem.

Many participants reported the law's lack of visibility and effectiveness in practice. Despite being formally established in the Penal Code, the legislation has not been consistently enforced, and legal proceedings related to crimes of discrimination against sexual orientation and gender identity are often neglected or dismissed. Participants' accounts indicated that, on many occasions, when victims of discrimination attempt to file a complaint with the police, their cases are ignored or disappear.

4. A Realidade das Instituições e Autoridades

The Reality of Institutions and Authorities

A conversa também destacou como as autoridades, incluindo a polícia, carecem de formação adequada sobre o Código Penal e os direitos das pessoas LGBTQI+. A falta de compreensão entre os polícias sobre a diferença entre uma mulher trans e uma pessoa gay foi mencionada, revelando uma grande lacuna educacional que contribui para a ignorância e a discriminação nas instituições. Além disso, foi salientado que, na maioria das vezes, as vítimas de discriminação não recebem o apoio necessário das autoridades legais, como o apoio e a educação sobre seus direitos.

The conversation also highlighted how authorities, including the police, lack adequate training on the Penal Code and the rights of LGBTQI+ people. A lack of understanding among police officers about the difference between a trans woman and a gay person was mentioned, revealing a significant educational gap that contributes to ignorance and discrimination within institutions. Furthermore, it was emphasized that, more often than not, victims of discrimination do not receive the necessary support from legal authorities, such as support and education about their rights.

5. A Influência da Cultura e da Sociedade

The Influence of Culture and Society

Outro ponto crucial levantado durante o debate foi o impacto da cultura e da ignorância generalizada sobre as questões LGBTQI+. A sociedade, em geral, tem uma compreensão limitada sobre as questões de identidade de género e orientação sexual, o que leva a atitudes discriminatórias, tanto por parte de indivíduos quanto de instituições. A cultura local, em conjunto com a falta de políticas públicas adequadas, contribui para uma situação onde a discriminação se torna mais frequente e difícil de erradicar.

Another crucial point raised during the debate was the impact of culture and widespread ignorance on LGBTQI+ issues. Society, in general, has a limited understanding of gender identity and sexual orientation, which leads to discriminatory attitudes, both on the part of individuals and institutions. Local culture, combined with lack of adequate public policies, contributes to a situation where discrimination becomes more frequent and difficult to eradicate.

6. Reflexões Finais e Propostas

Os participantes concordaram que, para que a mudança real ocorra, é essencial aumentar a conscientização sobre os direitos das pessoas LGBTQI+, especialmente nas instituições públicas e entre as autoridades. Propôs-se a necessidade de uma maior capacitação dos policiais e outros servidores públicos sobre os direitos de igualdade e não discriminação. Além disso, houve um consenso sobre a importância de campanhas educacionais para informar a sociedade sobre as leis existentes, para que a mudança de atitude possa ocorrer ao nível individual e institucional. Foi também sugerido que a luta pela inclusão das mulheres trans no Código Penal de forma mais abrangente deveria ser uma prioridade para as futuras discussões legislativas.

7. Conclusão

O debate foi um importante espaço para discutir a falta de aplicação do novo Código Penal em relação às pessoas LGBTQI+ e suas implicações na vida das mulheres trans e outras minorias de género. A falta de acções concretas e a resistência da sociedade e das instituições públicas continuam a ser desafios significativos. O engajamento contínuo e a educação são fundamentais para garantir a implementação real dos direitos das pessoas LGBTQI+ em Angola.

Final Reflections and Proposals

Participants agreed that for real change to occur, it is essential to raise awareness about the rights of LGBTQI+ people, especially in public institutions and among law enforcement officials. The need for greater training for police officers and other public servants on equality and non-discrimination rights was proposed. Furthermore, there was consensus on the importance of educational campaigns to inform society about existing laws, so that attitude change can occur at the individual and institutional levels. It was also suggested that the fight for the more comprehensive inclusion of trans women in the Penal Code should be a priority for future legislative discussions.

Conclusion

The debate was an important opportunity to discuss lack of enforcement of the new Penal Code regarding LGBTQI+ people and its implications for the lives of trans women and other gender minorities. Lack of concrete actions and resistance from society and public institutions remain significant challenges. Continued engagement and education are essential to ensure the effective implementation of LGBTQI+ rights in Angola.

Sessão 8: Mecanismos de Reporte

Session 8: Reporting Mechanisms

Tema: Mecanismos de denúncia
 Data: 20 de Agosto de 2024
 Duração: 1h e 27 minutos
 Moderadora: Líria de Castro
 N.º de Participantes: 19 mulheres trans e LBQ22

Theme: Reporting Mechanisms
 Date: August 20, 2024
 Duration: 1 hour and 27 minutes
 Moderator: Líria de Castro
 Number of Participants: 19 trans and LBQ women

Canal	Acesso	Efectividade	Observações	
Canais Formais	Polícia Nacional / Esquadras Polícias	Baixo	Muito Baixa	Queixas ignoradas, burocracia, "queima de arquivo"
	Ministério da Ação Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU)	Muito Baixo	Baixa	Exclui mulheres trans e profissionais do sexo
	Hospitais	Médio	Baixo	Pouca formação sobre identidade de género



Canal	Acesso	Efectividade	Observações	
Canais Informais	Redes Sociais (Facebook, WhatsApp)	Alto	Médio-Alta	Ferramenta de visibilidade e pressão pública
	Programas de TV: Fala Angola, Ecos & Fatos, Programa do Salu Gonçalves – Zwela	Médio	Alta	Denúncias geram resposta rápida das autoridades
	Comunidade/Colectivos (AIA, activistas)	Médio	Média	Apoio emocional e visibilidade local



Nº	Nome Social	Idade	Organização	Função	Orientação Sexual (Opcional)	Nº de Telefone	Assinatura
1	Diana Pantera	24	Íris Angola	Ed. Par	Trans	923465056	
2	Erica Baltazar	27	-	-	Trans	938852998	
3	Luisa Feliz	32	-	-	M-Trans	933309622	
4	Mario Paiva	25	Ativista	-	GAY	936220887	
5	Olívia Faria	26	-	-	Trans	942368352	
6	Maura Malaça	25	-	-	Trans	933401716	
7	Madonna Banda Zangula	26	Iris Angola	Ed. Par	-	937573085	
8	Saki Gabriel Crê	29	Íris Angola	Miss	T.H.	937472568	
9	Manuela Bernardo	24	Iris Angola	Ed. Par	Trans	939576078	
10	Navi Leal	25	Íris Angola	Reporter	Trans	946472944	
11	Alice João	33	-	-	Trans	935229098	
12	Dumira da Cruz	22	-	-	Bi	948980292	
13	Erica Cosseis	22	-	-	-	940066780	
14	Luzena Carvalho	24	-	-	Lésbica	939611932	
15	Anna Liboma	27	Mesa colorida	D.S	(M. TRANS) Hetero	943253792	
16	Denilson Agostinho	22	-	-	Homossexual	922208749	

1. Reconhecimento de Mecanismos de Queixa Alternativos

Recognition of Alternative Grievance Mechanisms

As participantes começam a destacar que, além das esquadras, outros órgãos também devem assumir um papel na protecção das mulheres trans e de outras identidades marginalizadas. É mencionado o "MASFAMU", órgão supostamente vinculado ao combate à violência baseada no género, e o Ministério da Família e Promoção da Mulher, que, segundo elas, precisa incluir de forma mais activa as mulheres trans e trabalhadoras do sexo em suas políticas e apoios. A percepção é de que, actualmente, apenas mulheres cisgénero têm acesso pleno a esse tipo de protecção.

Participants begin to emphasize that, in addition to police stations, other agencies must also play a role in protecting trans women and other marginalized identities. Mention is made of "MASFAMU," an agency supposedly linked to combating gender-based violence, and the Ministry of Family and Women's Promotion, which, according to them, needs to more actively include trans women and sex workers in its policies and support. The perception is that, currently, only cisgender women have full access to this type of protection.

1.2. A Importância de Inclusão e Representatividade

The Importance of Inclusion and Representation

Apesar da exclusão actual, é reforçado que outros países já reconhecem mulheres trans como parte do grupo protegido por essas instituições, e que Angola precisa avançar nesse sentido. Existe uma clara exigência por inclusão institucional, principalmente no Ministério da Família, para que mulher trans e profissionais do sexo possam ser reconhecidas e acolhidas legal e socialmente em situações de violência.

Despite the current exclusion, it is emphasized that other countries already recognize trans women as part of the group protected by these institutions, and that Angola needs to move forward in this direction. There is a clear demand for institutional inclusion, particularly in the Ministry of Family Affairs, so that trans women and sex workers can be recognized and welcomed legally and socially in situations of violence.

2. Redes Sociais como Ferramenta de Denúncia Pública

Social Media as a Public Reporting Tool

A activista Madonna levanta a ideia de que, além das vias formais como as esquadras, as redes sociais podem ser ferramentas eficazes de denúncia, especialmente quando as pessoas não têm acesso à informação legal ou apoio jurídico. Postagens públicas em vídeo ou áudio podem chamar a atenção de profissionais da justiça e da sociedade civil, funcionando como uma forma alternativa de visibilizar casos de violência e injustiça.

Activist Madonna raises the idea that, in addition to formal channels like police stations, social media can be effective reporting tools, especially when people lack access to legal information or legal support. Public video or audio posts can attract the attention of legal professionals and civil society, serving as an alternative way to highlight cases of violence and injustice.

3. A Dura Realidade das Mulheres Trabalhadoras do Sexo

The Harsh Reality of Female Sex Workers

Foi discutido como até mulheres cis que exercem trabalho sexual sofrem discriminação institucional, especialmente quando vão fazer queixas e revelam sua profissão. A denúncia formal muitas vezes esbarra em preconceitos morais e institucionais. Questiona-se se essas situações são devidamente documentadas e visibilizadas ou se acabam abafadas e ignoradas, sendo essa invisibilidade uma das principais razões para a repetição dos abusos.

It was discussed how even cis women who engage in sex work face institutional discrimination, especially when they file complaints and reveal their profession. Formal complaints often run up against moral and institutional prejudices. Questions are raised as to whether these situations are properly documented and made visible, or whether they end up being hushed up and ignored, with this invisibility being one of the main reasons for the recurrence of abuse.

4. Burocracia, Desestimulo e Esquecimento dos Casos

Bureaucracy, Discouragement and Forgetting of Cases

Relata-se o desgaste emocional e burocrático ao se tentar registar uma queixa — desde a ida ao hospital até o exame de corpo de delito. Muitas desistem do processo porque a própria polícia “passa a mão na cabeça” do agressor, não regista adequadamente a queixa, ou simplesmente ignora o caso. Esse desinteresse oficial é chamado por algumas de “queima de arquivo”.

Reports of the emotional and bureaucratic strain of trying to file a complaint—from hospital visits to forensic examinations—are common. Many abandon the case because the police themselves "soften" the aggressor, fail to properly register the complaint, or simply ignore the case. Some call this official disinterest "cover-up."

5. Televisão como Recurso de Pressão Pública

Television as a Public Pressure Resource

Como alternativa, menciona-se a utilização de programas de televisão, como Fala Angola, Ecos & Fatos e o Programa do Salú, que ajudam a dar visibilidade pública a casos ignorados pelas instituições. Essas plataformas funcionam como ferramentas de pressão social e institucional, obrigando muitas vezes uma resposta por parte das autoridades.

Alternatively, television programs such as Fala Angola, Ecos & Fatos, and Programa do Salú are mentioned, which help raise public awareness of cases ignored by institutions. These platforms serve as tools for social and institutional pressure, often forcing a response from authorities.

6. Incentivo à Iniciativa Individual

Encouragement of Individual Initiative

Enfatiza-se que o avanço só é possível quando alguém toma iniciativa, mesmo diante da indiferença ou resistência institucional. Se todos ficarem calados, os casos se repetem e a violência se normaliza. É necessário romper com o silêncio e buscar estratégias de enfrentamento colectivo e contínuo.

It's emphasized that progress is only possible when someone takes initiative, even in the face of institutional indifference or resistance. If everyone remains silent, incidents will repeat themselves, and violence will become normalized. It's necessary to break the silence and seek strategies for collective and ongoing confrontation.



1. Para Além da Tolerância: Uma Análise Geral da Violência Contra as Minorias Sexuais e de Género

Beyond Tolerance: A General Analysis of Violence Against Sexual and Gender Minorities

O presente capítulo propõe uma análise jurídica crítica da violência dirigida às minorias sexuais e de género em Angola, com base na legislação nacional, em instrumentos internacionais e na realidade concreta enfrentada por essa população. Embora o país tenha avançado em marcos normativos, como a despenalização da homossexualidade em 2019, persistem omissões graves no que tange à protecção jurídica efectiva dessas pessoas. Neste contexto, o desafio que se impõe é ir além da mera tolerância e assegurar o reconhecimento pleno da cidadania e dignidade humana de pessoas LGBTQIA+.

This chapter proposes a critical legal analysis of violence directed at sexual and gender minorities in Angola, based on national legislation, international instruments, and the concrete reality faced by this population. Although the country has made progress in regulatory frameworks, such as the decriminalization of homosexuality in 2019, serious omissions persist regarding the effective legal protection of these individuals. In this context, the challenge is to go beyond mere tolerance and ensure full recognition of the citizenship and human dignity of LGBTQIA+ individuals.

2. Constituição da República de Angola

Constitution of the Republic of Angola

O Estado angolano, enquanto sujeito de direito público interno e internacional, tem o dever jurídico de garantir os direitos fundamentais de todos os cidadãos, sem discriminação. Esta obrigação decorre da própria Constituição da República de Angola (CRA), que no seu artigo 23.º consagra o princípio da igualdade e proíbe qualquer forma de discriminação, incluindo por orientação sexual e identidade de género.

“Todos são iguais perante a Constituição e a lei. Ninguém pode ser discriminado, privilegiado ou prejudicado em razão de ascendência, sexo, raça, etnia, cor, deficiência física ou mental, língua, religião, convicções políticas, ideológicas, filosóficas ou religiosas, condição económica ou social, orientação sexual, ou condição de saúde.”²³

Apesar do reconhecimento normativo, faltam políticas públicas concretas e mecanismos estatais eficazes de prevenção da violência e protecção das vítimas. Essa omissão do Estado configura uma violação dos seus deveres positivos, conforme o artigo 21.º da CRA, que impõe a obrigação de promover a dignidade, os direitos humanos e a justiça social.²⁴

Apesar do reconhecimento normativo, faltam políticas públicas concretas e mecanismos estatais eficazes de prevenção da violência e protecção das vítimas. Essa omissão do Estado configura uma violação dos seus deveres positivos, conforme o artigo 21.º da CRA, que impõe a obrigação de promover a dignidade, os direitos humanos e a justiça social.²⁴

²³ Ver o artigo 23.º, n.º 2 da Constituição da República de Angola, 2010.

²⁴ Ver o artigo 21.º, alíneas b); e h) da Constituição da República de Angola, 2010.

The Angolan State, as a subject of domestic and international public law, has a legal duty to guarantee the fundamental rights of all citizens, without discrimination. This obligation stems from the Constitution of the Republic of Angola (CRA), which, in Article 23, enshrines the principle of equality and prohibits any form of discrimination, including based on sexual orientation and gender identity.

"All are equal before the Constitution and the law. No one may be discriminated against, privileged, or disadvantaged based on ancestry, sex, race, ethnicity, color, physical or mental disability, language, religion, political, ideological, philosophical, or religious beliefs, economic or social status, sexual orientation, or health status.

Despite normative recognition, there is a lack of concrete public policies and effective state mechanisms to prevent violence and protect victims. This failure by the State constitutes a violation of its positive duties, as per Article 21 of the CRA, which imposes the obligation to promote dignity, human rights, and social justice.²⁴

²³See Article 23, No. 2 of the Constitution of the Republic of Angola, 2010.

²⁴See Article 21, paragraphs b); and h) of the Constitution of the Republic of Angola, 2010.

3. O Código Penal Angolano - Protecção (ou Omissão) às Minorias Sexuais e de Género

The Angolan Penal Code - Protection (or Omission) of Sexual and Gender Minorities

3.1. Análise do Artigo 212.º do Código Penal Angolano: Avanços e Limitações na Protecção das Minorias Sexuais e de Género

Analysis of Article 212 of the Angolan Penal Code: Advances and Limitations in the Protection of Sexual and Gender Minorities

Com a aprovação do novo Código Penal Angolano (Lei n.º 38/20, de 11 de Novembro), Angola deu um passo significativo no reconhecimento dos direitos humanos das minorias sexuais. A revogação do dispositivo que criminalizava a homossexualidade ("vício contra a natureza") foi amplamente saudada como um avanço civilizacional. No entanto, apesar dessa conquista, a legislação penal ainda apresenta omissões importantes quanto à protecção penal das minorias sexuais e de género, especialmente no que toca aos crimes de ódio motivados por orientação sexual ou identidade de género.

With the approval of the new Angolan Penal Code (Law No. 38/20, of November 11), Angola took a significant step toward recognizing the human rights of sexual minorities. The repeal of the provision that criminalized homosexuality ("vice against nature") was widely hailed as a civilizational advance. However, despite this achievement, criminal law still presents significant omissions regarding the criminal protection of sexual and gender minorities, especially regarding hate crimes motivated by sexual orientation or gender identity.

3.1.2. Avanços na Legislação: Uma Nova Perspectiva Advances in Legislation: A New Perspective

3.1.3. Revogação do “vício contra a natureza” Advances in Legislation: A New Perspective

A exclusão deste dispositivo representou um marco histórico, removendo um dos principais instrumentos legais utilizados para perseguir pessoas LGBTQIA+. Este gesto simbólico e jurídico alinha Angola com uma tendência global de despenalização da homossexualidade.

The exclusion of this provision represented a historic milestone, removing one of the main legal instruments used to persecute LGBTQIA+ people. This symbolic and legal gesture aligns Angola with a global trend toward the decriminalization of homosexuality.

3.1.4. Inclusão da orientação sexual no Artigo 212.º Inclusion of sexual orientation in Article 212.º

O artigo 212.º tipifica condutas discriminatórias em razão de vários factores, incluindo a orientação sexual²⁵. Essa inclusão é um passo importante ao reconhecer, ainda que de forma limitada, as especificidades da discriminação enfrentada por pessoas LGBTQIA+.

Article 212 defines discriminatory conduct based on several factors, including sexual orientation.²⁵ This inclusion is an important step in recognizing, albeit in a limited way, the specificities of the discrimination faced by LGBTQIA+ people.

3.1.5. Abrangência das Situações Discriminatórias Scope of Discriminatory Situations

A norma contempla situações concretas e recorrentes de discriminação, como recusas de emprego, fornecimento de bens e serviços ou acesso a espaços públicos e privados, conferindo aplicabilidade prática ao dispositivo.

The rule covers specific and recurring situations of discrimination, such as refusal of employment, provision of goods and services, or access to public and private spaces, giving practical applicability to the provision.

²⁵ See Article 212 of the Angolan Penal Code, Law No. 38/20.

3.2. Limitações e Omissões Graves Serious Limitations and Omissions

3.2.1. Absence of gender identity Absence of gender identity

Apesar de mencionar orientação sexual, o artigo 212.º não contempla expressamente a identidade de género. Esta omissão deixa pessoas transgénero, não-binárias e outras identidades de género à margem da protecção penal, perpetuando sua vulnerabilidade.

Despite mentioning sexual orientation, Article 212 does not expressly address gender identity. This omission leaves transgender, non-binary, and other gender identities outside of criminal protection, perpetuating their vulnerability.

3.2.2. Inexistência de agravantes para crimes de ódio Absence of aggravating factors for hate crimes

A legislação não prevê, de forma expressa, agravantes para crimes motivados por preconceito contra orientação sexual ou identidade de género. Em casos de agressões, ameaças ou homicídios por motivações homofóbicas, ou transfóbicas, o ordenamento jurídico permanece inerte quanto à necessidade de repressão penal mais severa.

The law does not expressly provide for aggravating circumstances for crimes motivated by prejudice against sexual orientation or gender identity. In cases of assaults, threats, or homicides motivated by homophobia or transphobia, the legal system remains silent on the need for harsher criminal penalties.

3.2.3. Possibilidade de aplicação extensiva de outros artigos Possibility of extensive application of other articles

A legislação não prevê, de forma expressa, agravantes para crimes motivados por preconceito contra orientação sexual ou identidade de género. Em casos de agressões, ameaça. Apesar disso, o artigo 213.º (Injúria)²⁶ e o 214.º (Difamação)²⁷ poderiam ser utilizados, de forma extensiva, para enquadrar insultos motivados por homofobia ou transfobia, embora falte um reconhecimento explícito na lei penal de que crimes por preconceito de identidade de género e orientação sexual devem ser tratados como crimes de ódio, o que limita a sua eficácia. s ou homicídios por motivações homofóbicas, ou transfóbicas, o ordenamento jurídico permanece inerte quanto à necessidade de repressão penal mais severa.

Despite this, Article 213 (Insult)²⁶ and 214th (Defamation)²⁷ could be used extensively to frame insults motivated by homophobia or transphobia, although there is a lack of explicit recognition in criminal law that crimes based on prejudice based on gender identity and sexual orientation should be treated as hate crimes, which limits their effectiveness.

3.2.4. Baixa efectividade das sanções Low effectiveness of sanctions

A pena prevista – prisão até 2 anos ou multa até 240 dias – é relativamente branda, não reflectindo a gravidade dos impactos sociais e psicológicos da discriminação. Em contextos de impunidade, penas leves tendem a não ter efeito dissuasivo.

The penalty—up to two years in prison or a fine of up to 240 days—is relatively lenient, failing to reflect the severity of the social and psychological impacts of discrimination. In contexts of impunity, light penalties tend to have no deterrent effect.

3.2.5. Ausência de mecanismos de aplicação e fiscalização Lack of enforcement and monitoring mechanisms

A existência formal da norma não se traduz automaticamente em protecção real. A falta de campanhas de sensibilização, formação de profissionais da justiça e canais de denúncia adequados comprometem sua eficácia.

The formal existence of the law does not automatically translate into real protection. Lack of awareness campaigns, training for legal professionals, and adequate reporting channels compromise its effectiveness.

3.3. Consideração final: Final consideration

O artigo 212.º do Código Penal Angolano é um marco inicial positivo no reconhecimento da necessidade de coibir a discriminação contra minorias sexuais. Contudo, ele não é suficiente para garantir uma protecção penal efectiva e abrangente. A omissão da identidade de género, a falta de agravantes para crimes de ódio e a fragilidade das sanções tornam urgente uma reforma legislativa complementar. Para avançar na construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva, é necessário que o direito penal acompanhe a evolução dos direitos humanos e da dignidade de todas as pessoas, independentemente da sua orientação sexual ou identidade de género.

Article 212 of the Angolan Penal Code is a positive starting point in recognizing the need to curb discrimination against minorities sexual. However, it is not sufficient to guarantee effective and comprehensive criminal protection. The omission of gender identity, lack of aggravating factors for hate crimes, and the weakness of sanctions make further legislative reform urgent. To advance the construction of a truly inclusive society, criminal law must keep pace with the evolution of human rights and the dignity of all people, regardless of their sexual orientation or gender identity.

4. A Lei Contra a Violência Doméstica e sua Relevância para Pessoas LGBTQIA+ The Domestic Violence Act and its Relevance for LGBTQIA+ People

A Lei n.º 25/11, de 14 de Julho (Lei Contra a Violência Doméstica), define violência doméstica de forma ampla, incluindo a violência física, psicológica, sexual, patrimonial e social. Esta lei é particularmente relevante para pessoas LGBTQIA+, uma vez que muitas são vítimas de violência dentro do próprio lar – seja por parte de familiares que não aceitam sua identidade, seja por parceiros íntimos. Artigo 2.º, alínea a):

“Entende-se por violência doméstica todo o acto, singular ou repetido, físico, sexual, psicológico, económico ou patrimonial, cometido por um membro da família contra outro membro da família...”²⁸

Embora a lei não mencione explicitamente a orientação sexual ou identidade de género, ela pode ser aplicada a casos de violência contra pessoas LGBTQIA+. A aplicação desta lei ainda enfrenta desafios significativos, pois muitas vítimas têm medo de denunciar a violência devido ao preconceito social ou à falta de compreensão das autoridades sobre as especificidades dos casos envolvendo minorias sexuais e de género.

²⁶ Ver o artigo 213.º do Código Penal de Angola, Lei n.º 38/20.

²⁷ Ver o artigo 214.º do Código Penal de Angola, Lei n.º 38/20.

5. A Violência contra Pessoas LGBTQIA+ como Reflexo da Exclusão Sistémica e da Luta por Reconhecimento de Direitos

Violence against LGBTQIA+ People as a Reflection of Systemic Exclusion and the Struggle for Recognition of Rights

A exclusão manifesta-se através da marginalização no acesso a direitos fundamentais como saúde, educação, emprego e justiça. Soma-se a isso a ausência de uma legislação penal que reconheça e puna de forma específica crimes motivados por preconceito baseado na identidade de género ou orientação sexual. Essa violência estrutural e institucional reforça um ciclo de vulnerabilidade e silenciamento.

Nesse contexto, destaca-se o papel do Arquivo de Identidade Angola (AIA), uma organização da sociedade civil dedicada à promoção e defesa dos direitos da comunidade LGBTQIA+ em Angola. A AIA oferece apoio jurídico, acompanhamento psicossocial e actua na incidência pública contra todas as formas de discriminação com base na orientação sexual e identidade de género.

Entre 2023 e 2024, a organização acompanha de perto três processos criminais emblemáticos, todos relacionados a crimes motivados por preconceito e violência contra pessoas LGBTQIA+. Esses casos — envolvendo ameaças, agressões físicas, detenções arbitrárias e tratamento degradante — representam marcos inéditos no sistema de justiça angolano, com dois deles já na fase de julgamento e um ainda em fase de instrução preparatória, conforme previsto no Código de Processo Penal em vigor.

Norberto Bobbio²⁹ already warned that "the problem of human rights today is no longer establishing them, but protecting them." This maxim proves extremely pertinent in the Angolan context, where LGBTQIA+ people—including lesbian women, trans people, and other dissident identities—continue to face various forms of violence that transcend the physical realm and are rooted in exclusionary social and institutional structures.

Exclusion manifests itself through marginalization in access to fundamental rights such as health, education, employment, and justice. Added to this is lack of criminal legislation that specifically recognizes and punishes crimes motivated by prejudice based on gender identity or sexual orientation. This structural and institutional violence reinforces a cycle of vulnerability and silencing.

Law No. 25/11 of July 14 (Law Against Domestic Violence) defines domestic violence broadly, including physical, psychological, sexual, financial, and social violence. This law is particularly relevant for LGBTQIA+ individuals, as many are victims of violence within their own homes—whether by family members who do not accept their identity or by intimate partners. Article 2, paragraph a):

"Domestic violence is understood as any act, singular or repeated, physical, sexual, psychological, economic or patrimonial, committed by one family member against another family member..."²⁸

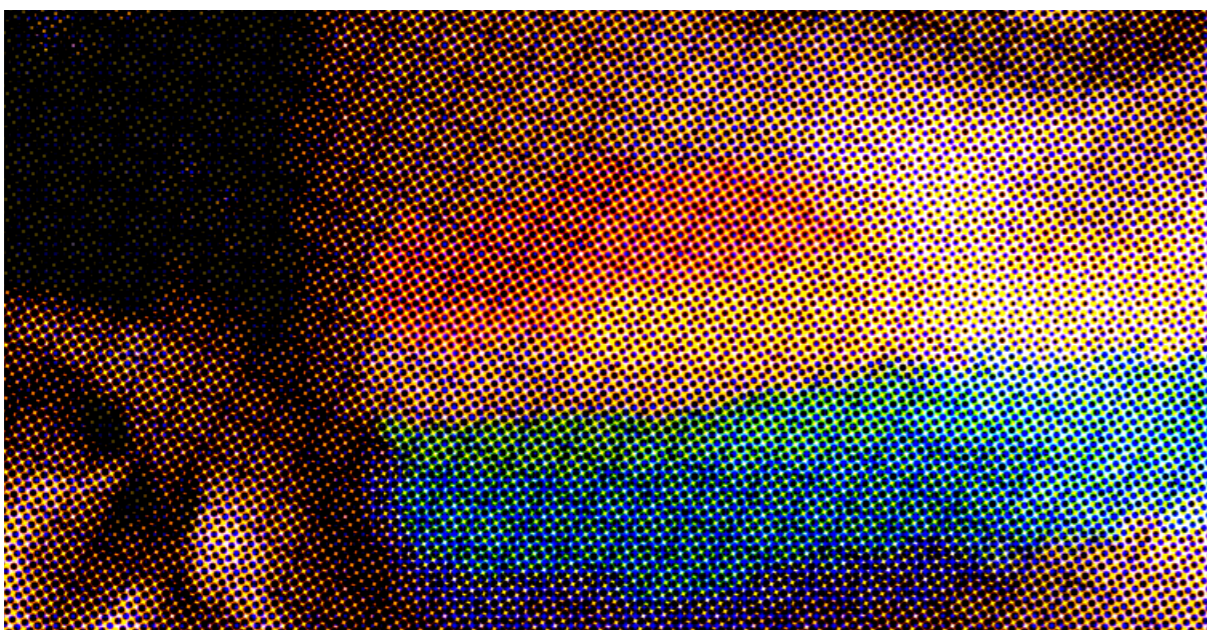
Although the law does not explicitly mention sexual orientation or gender identity, it can be applied to cases of violence against LGBTQIA+ people. Enforcement of this law still faces significant challenges, as many victims are afraid to report the violence due to social prejudice or authorities' lack of understanding of the specificities of cases involving sexual and gender minorities.

²⁶ Ver o artigo 213.º do Código Penal de Angola, Lei n.º 38/20.

²⁷ Ver o artigo 214.º do Código Penal de Angola, Lei n.º 38/20.

In this context, the role of the Angola Identity Archive (AIA) stands out, a civil society organization dedicated to the promotion and defense of community rights.³⁰LGBTQIA+ unit in Angola. AIA offers legal support, psychosocial support, and public advocacy against all forms of discrimination based on sexual orientation and gender identity.

Between 2023 and 2024, the organization will closely monitor three landmark criminal cases, all related to crimes motivated by prejudice and violence against LGBTQIA+ people. These cases—involving threats, physical assaults, arbitrary detentions, and degrading treatment—represent unprecedented milestones in the Angolan justice system, with two of them already at the trial stage and one still in the preliminary investigation phase, as provided for in the current Code of Criminal Procedure.



28 Ver artigo 2.º, alínea a) Lei Contra a Violência Doméstica, Lei n.º 25/11.

29 BOBBIO, Norberto (2004). *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. (C. N. Coutinho, Trad.). Elsevier. (Original publicado em 1992), p. 25 da edição brasileira

Resumo dos Casos:

Caso 1: A Ofendida é uma cantora angolana, assumidamente gay, que adopta uma identidade feminina para fins artísticos. Entre Março e Abril de 2023, foi alvo de vídeos publicados por um cantor conhecido, nos quais ele proferia ameaças de morte, incitava à violência e ao ódio com base na sua orientação sexual. O conteúdo teve ampla repercussão nas redes sociais, comprometendo a segurança da Ofendida e da comunidade LGBTQI+ em Angola.

Além da queixa-crime, foi instaurado um processo disciplinar que resultou, em 22 de Setembro de 2023, na aplicação de uma pena de repreensão agravada ao Acusado. Em Junho de 2024, o caso foi encaminhado à Procuradoria-Geral da República junto ao Tribunal de Comarca de Luanda e aguarda julgamento. Este é o primeiro processo de incitamento à discriminação por orientação sexual em Angola a atingir uma fase tão avançada.

Caso 2: A Ofendida é uma mulher trans que, em Setembro de 2023, foi agredida fisicamente por um grupo de jovens na via pública, enquanto se dirigia para casa, devido à sua identidade de género. Sofreu danos físicos e materiais, tendo sido socorrida por uma unidade hospitalar.

O processo foi inicialmente tratado na Secção de Investigação de Ilícitos Penais da 9ª Esquadra (Esquadra da Lixeira), no distrito urbano do Sambizanga, em Luanda. As últimas informações indicam que, em Novembro de 2024, o caso foi encaminhado à Procuradoria-Geral da República junto ao Tribunal de Comarca de Luanda e aguarda julgamento. Trata-se do segundo processo de violência motivada pela orientação sexual ou identidade de género da vítima em Angola a atingir uma fase tão avançada.

28 Ver artigo 2.º, alínea a) Lei Contra a Violência Doméstica, Lei n.º 25/11.

29 BOBBIO, Norberto (2004). *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. (C. N. Coutinho, Trad.). Elsevier. (Original publicado em 1992), p. 25 da edição brasileira

Caso 3: A Ofendida é uma mulher trans que, em Junho de 2024, foi agredida por agentes da Polícia de Ordem Pública enquanto se encontrava numa zona de trabalho sexual, em Viana, província de Luanda. A agressão foi motivada pela sua identidade de género e resultou em danos físicos e patrimoniais, além de detenção arbitrária e tratamento degradante nas instalações da Esquadra 43, localizada na Vila Sede. O processo encontra-se actualmente em fase de instrução na Polícia Judicial Militar, sob responsabilidade do Comando Provincial de Luanda.

Estes processos transcendem os interesses individuais das vítimas, mas também colectiva e estratégica. Representam possíveis marcos de mudança jurisprudencial e contribuem para o enfrentamento do silêncio histórico do sistema de justiça em relação às violências contra a população LGBTQIA+ em Angola. Como reforça Bobbio (1992), o desafio contemporâneo dos direitos humanos não está em justificá-los ou funda-los, mas em assegurar sua protecção efectiva, algo que ainda precisa ser concretizado para esta comunidade no país.

Case Summary:

Case 1: Ofendida is an openly gay Angolan singer who adopts a female identity for artistic purposes. Between March and April 2023, she was the target of videos published by a well-known singer, in which he made death threats and incited violence and hatred based on her sexual orientation. The content had widespread repercussions on social media, compromising the safety of Ofendida and the LGBTQIA+ community in Angola.

In addition to the criminal complaint, disciplinary proceedings were instituted, resulting in the application of an aggravated reprimand to the accused on September 22, 2023. In June 2024, the case was referred to the Attorney General's Office at the Luanda District Court and is awaiting trial. This is the first case of incitement to discrimination based on sexual orientation in Angola to reach such an advanced stage.

28 Ver artigo 2.º, alínea a) Lei Contra a Violência Doméstica, Lei n.º 25/11.

29 BOBBIO, Norberto (2004). *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. (C. N. Coutinho, Trad.). Elsevier. (Original publicado em 1992), p. 25 da edição brasileira

Case 2: The victim is a trans woman who, in September 2023, was physically assaulted by a group of young people on a public street while walking home, due to her gender identity. She suffered physical and material injuries and was treated at a hospital.

The case was initially handled by the Criminal Offenses Investigation Section of the 9th Police Station (Lixeira Police Station), in the urban district of Sambizanga, Luanda. The latest information indicates that, in November 2024, the case was referred to the Attorney General's Office at the Luanda District Court and is awaiting trial. This is the second case of violence motivated by the victim's sexual orientation or gender identity in Angola to reach such an advanced stage.

Case 3: The victim is a trans woman who, in June 2024, was assaulted by Public Order Police officers while in a sex work area in Viana, Luanda province. The assault was motivated by her gender identity and resulted in physical and property damage, as well as arbitrary detention and degrading treatment at Police Station 43, located in Vila Sede. The case is currently under investigation by the Military Judicial Police, under the responsibility of the Luanda Provincial Command.

These processes transcend the individual interests of victims, but also have collective and strategic implications. They represent potential milestones for change in jurisprudence and contribute to addressing the historical silence of the justice system regarding violence against the LGBTQIA+ population in Angola. As Bobbio (1992) emphasizes, the contemporary challenge for human rights is not to justify or establish them, but to ensure their effective protection, something that has yet to be achieved for this community in the country.

5.1. Consultas Jurídicas nas Comunidades: Fortalecendo Direitos a Partir da Base

Legal Consultations in Communities: Strengthening Rights from the Grassroots

Num contexto em que a exclusão jurídica e a violência contra pessoas LGBTQIA+ persistem de forma sistémica, iniciativas da sociedade civil têm assumido um papel fundamental na promoção do acesso à justiça e na construção de cidadania. Um exemplo expressivo dessa mobilização é o processo de consultas jurídicas comunitárias

promovido pelo Arquivo de Identidade Angola (AIA), com o apoio jurídico dos advogados Roquiana Gunza e Catarino de Jesus Caminhão³¹.

Realizadas entre Maio e Junho de 2024, estas consultas aconteceram em diversos pontos da cidade de Luanda, como os Congolenses, Zango 3 e o centro comunitário da AIA, conhecido como “No cúbico” — e foram direccionadas as pessoas LGBTQIA+ e outras populações em situação de vulnerabilidade. A metodologia incluiu encontros individuais e colectivos, combinando orientações jurídicas com formações em direitos humanos.

Mais do que simples atendimentos, essas acções tiveram como finalidade ampliar o conhecimento jurídico, incentivar o uso de mecanismos legais de protecção e reforçar o empoderamento das comunidades em relação aos seus direitos. Para além da prestação de apoio directo, as consultas utilizaram instrumentos de avaliação de risco, permitindo recolher dados sobre a percepção da violência e o nível de conhecimento dos participantes sobre seus direitos — informações que contribuem para o desenvolvimento de estratégias de intervenção mais eficazes. O impacto imediato foi notável: além de fomentar a conscientização legal, as consultas ajudaram na identificação de múltiplos casos de violência, incluindo duas agressões físicas contra mulheres trans, cujas denúncias resultaram na abertura de processos junto às autoridades policiais. Esses casos revelam não só a gravidade da violência enfrentada por essa população, mas também a importância de oferecer suporte jurídico especializado em contextos de marginalização.

Este tipo de intervenção demonstra que, mesmo diante da ausência de políticas públicas específicas e da fragilidade institucional em lidar com a diversidade sexual e de género, acções comunitárias articuladas podem preencher lacunas importantes, promovendo não apenas protecção, mas também dignidade, reconhecimento e visibilidade às pessoas LGBTQIA+ em Angola.

In a context where legal exclusion and violence against LGBTQIA+ people persist systemically, civil society initiatives have played a fundamental role in promoting access to justice and building citizenship. A significant example of this mobilization is the community legal consultation process.

promoted by the Angola Identity Archive (AIA), with the legal support of lawyers Roquiana Gunza and Catarino de Jesus Caminhão³¹.

Held between May and June 2024, these consultations took place in various locations throughout Luanda, including Congolenses, Zango 3, and the AIA community center, known as “No Cubic,” and were aimed at LGBTQIA+ people and other vulnerable populations. The methodology included individual and group meetings, combining legal guidance with human rights training.

More than simply providing assistance, these actions aimed to expand legal knowledge, encourage the use of legal protection mechanisms, and strengthen the empowerment of communities regarding their rights. In addition to providing direct support, the consultations used risk assessment tools, allowing for the collection of data on participants' perceptions of violence and their level of knowledge about their rights—information that contributes to the development of more effective intervention strategies.

The immediate impact was remarkable: in addition to raising legal awareness, the consultations helped identify multiple cases of violence, including two physical assaults against trans women, the reports of which resulted in the opening of legal proceedings with the police. These cases reveal not only the severity of the violence faced by this population, but also the importance of providing specialized legal support in contexts of marginalization.

This type of intervention demonstrates that, even in the absence of specific public policies and institutional weaknesses in addressing sexual and gender diversity, coordinated community actions can fill important gaps, promoting not only protection, but also dignity, recognition, and visibility for LGBTQIA+ people in Angola.

6. O Papel do Direito Internacional dos Direitos Humanos

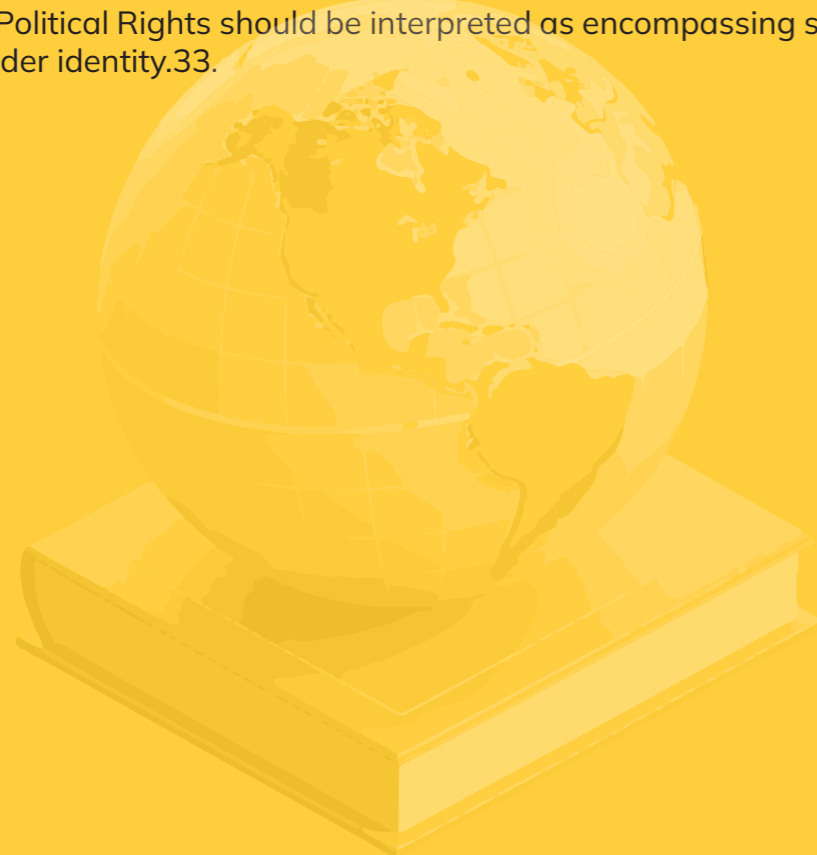
The Role of International Human Rights Law

Angola é parte de diversos tratados internacionais que impõem a obrigação de proteger os direitos das minorias sexuais e de género, ainda que implicitamente. A Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, no seu artigo 2.º, obriga os Estados a garantir os direitos nela previstos sem discriminação de qualquer espécie.³²

Além disso, o Comité dos Direitos Humanos da ONU tem reiterado que a expressão "sexo" e "outras condições" contida no artigo 26.º do Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos deve ser interpretada como abrangendo a orientação sexual e identidade de género.³³

Angola is a party to several international treaties that impose the obligation to protect the rights of sexual and gender minorities, albeit implicitly. The African Charter on Human and Peoples' Rights, in its Article 2, obliges States to guarantee the rights provided therein without discrimination of any kind.³²

Furthermore, the UN Human Rights Committee has reiterated that the expression "sex" and "other conditions" contained in Article 26 of the International Covenant on Civil and Political Rights should be interpreted as encompassing sexual orientation and gender identity.³³



6.1. Doutrina e Jurisprudência Comparada Doctrine and Comparative Jurisprudence

A doutrina contemporânea dos direitos fundamentais tem vindo a acentuar a sua eficácia directa, não só no plano das relações entre o Estado e os cidadãos, mas também relativamente às omissões estatais. A ausência de medidas legislativas, administrativas ou outras, necessárias para assegurar o pleno exercício desses direitos, pode configurar uma violação constitucional, traduzindo-se numa forma de violência institucional, especialmente quando estejam em causa direitos de grupos vulneráveis ou minoritários.³⁴

Na jurisprudência comparada, destaca-se o caso *Atala Riffo vs. Chile* (Corte Interamericana de Direitos Humanos, 2012)³⁵, onde a Corte reconheceu a discriminação com base na orientação sexual como violação do princípio da igualdade e dignidade humana. Tal precedente tem valor orientador para os Estados africanos, inclusive Angola, enquanto membros da comunidade internacional.

Contemporary doctrine on fundamental rights has been emphasizing its direct effectiveness, not only in relations between the State and citizens, but also in relation to state omissions. The absence of legislative, administrative, or other measures necessary to ensure the full exercise of these rights may constitute a constitutional violation, resulting in a form of institutional violence, especially when the rights of vulnerable or minority groups are at stake.³⁴

In comparative jurisprudence, the case of *Atala Riffo vs. Chile* (Inter-American Court of Human Rights, 2012) stands out.³⁵, where the Court recognized discrimination based on sexual orientation as a violation of the principle of equality and human dignity. This precedent has guiding value for African states, including Angola, as members of the international community.

7. Angola é um País Tolerante?

Is Angola a Tolerant Country?

A noção de tolerância está frequentemente associada à aceitação passiva da existência do outro. Embora Angola tenha avançado legalmente com a revogação da criminalização da homossexualidade, a sociedade angolana, de maneira geral, ainda não é verdadeiramente tolerante com as minorias sexuais e de género. As expressões de homofobia e transfobia permanecem predominantes em vários sectores da sociedade, incluindo nas igrejas, nos meios de comunicação e entre figuras públicas.

Portanto, Angola não pode ser considerada um país tolerante, mas sim um país em transição, em que a luta por aceitação e respeito pelas minorias sexuais e de género continua sendo um desafio significativo.

The notion of tolerance is often associated with passive acceptance of the existence of others. Although Angola has made legal progress in repealing the criminalization of homosexuality, Angolan society, in general, is still not truly tolerant of sexual and gender minorities. Expressions of homophobia and transphobia remain prevalent in various sectors of society, including in churches, the media, and among public figures.

Therefore, Angola cannot be considered a tolerant country, but rather a country in transition, in which the struggle for acceptance and respect for sexual and gender minorities remains a significant challenge.

8. O Futuro das Minorias Sexuais e de Género em Angola

The Future of Sexual and Gender Minorities in Angola

O futuro da protecção das minorias sexuais e de género em Angola depende de uma combinação de mudanças legislativas e transformações culturais. Para que Angola se torne um país verdadeiramente inclusivo e justo, é essencial que o Código Penal Angolano seja reformado para tipificar crimes de ódio por orientação sexual e identidade de género, além de garantir mecanismos de protecção eficazes para as vítimas de violência doméstica LGBTQIA+.

O Estado deve assumir uma postura mais activa em promover a educação em direitos humanos, especialmente nos sistemas de ensino e nas forças de segurança. O empoderamento institucional também é fundamental, com a criação de estruturas de apoio e denúncia para as vítimas LGBTQIA+, além do reconhecimento legal das uniões entre pessoas do mesmo sexo.

9. Para Além da Tolerância: A Proposta de Reconhecimento Pleno

Beyond Tolerance: The Proposal for Full Recognition

Tolerar não é o suficiente. A tolerância, enquanto conceito político, carrega em si a ideia de concessão, e não de reconhecimento pleno da cidadania. O Estado angolano deve adoptar uma postura proativa, promovendo políticas de inclusão, educação em direitos humanos, tipificação de crimes de ódio e protecção das vítimas LGBTQIA+, sob pena de continuar a reproduzir a violência que deveria combater. A construção de uma sociedade justa exige que o Estado angolano se comprometa, de forma prática, com os direitos das minorias sexuais e de género. Isso implica não apenas respeitar e proteger, mas também promover activamente esses direitos. Enquanto as vítimas continuarem invisíveis nas políticas públicas, qualquer discurso de igualdade será meramente simbólico.

Tolerance is not enough. Tolerance, as a political concept, carries with it the idea of concession, not full recognition of citizenship. The Angolan state must adopt a proactive stance, promoting inclusion policies, human rights education, the classification of hate crimes, and the protection of LGBTQIA+ victims, or risk continuing to reproduce the violence it should combat.

Building a just society requires the Angolan state to make a practical commitment to the rights of sexual and gender minorities. This implies not only respecting and protecting, but also actively promoting these rights. As long as victims remain invisible in public policies, any discourse of equality will be merely symbolic.

CONCLUSÃO

A formação em metodologias de investigação social realizada em Luanda (Angola) e Maputo (Moçambique) representou um marco importante no processo de capacitação e fortalecimento dos movimentos LGBTIQ+ na África Austral Lusófona. Ao oferecer ferramentas práticas e teóricas, a formação contribuiu para ampliar a autonomia dos activistas na produção de conhecimento, incentivando uma participação mais activa e informada nas questões que atravessam as suas vidas e comunidades.

A diversidade dos módulos, o enfoque em práticas éticas e a promoção de arquivos e memórias históricas fortaleceram a noção de que o activismo LGBTIQ+ precisa caminhar lado a lado com a sistematização de dados e a preservação das narrativas. Além disso, a construção de redes transnacionais entre organizações angolanas e moçambicanas revelou-se um passo estratégico para consolidar a luta colectiva e fortalecer a capacidade de ação política e institucional.

Apesar do êxito geral, os desafios enfrentados durante as formações evidenciaram a necessidade de contínua adaptação dos métodos pedagógicos e logísticos às realidades locais. As diferenças de experiência, disponibilidade e contexto socioeconómico dos participantes devem ser levadas em consideração em futuras acções formativas.

A segunda parte da investigação demonstrou que mulher trans e LBQ em Angola enfrentam uma violência estrutural e sistemática que se manifesta sob diversas formas

— física, psicológica, institucional e simbólica — e que decorre da omissão do Estado, da discriminação social e do silêncio jurídico. Esta violência opera não de forma pontual ou acidental, mas como uma engrenagem permanente de exclusão e invisibilização, afectando directamente o exercício da cidadania e a fruição dos direitos fundamentais dessas mulheres.

A Constituição da República de Angola é explícita ao afirmar, no artigo 1.º, que a dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos do Estado. Os artigos 21.º e 22.º impõem ao Estado o dever de promover a igualdade e eliminar todas as formas de discriminação, reforçando a obrigatoriedade de políticas públicas inclusivas. Ainda assim, a ausência de normas específicas que protejam as identidades de género dissidentes evidencia uma lacuna normativa que compromete a concretização dos valores constitucionais.

A Lei n.º 25/11 – Lei contra a Violência Doméstica, apesar de não mencionar expressamente as pessoas LGBTIQ+, possui escopo suficiente, em seu artigo 2.º, para alcançar situações de violência baseada em género ocorridas no âmbito familiar ou em contextos análogos. Seu artigo 3.º, ao estabelecer os princípios da dignidade, da não discriminação e da igualdade, permite uma interpretação constitucionalmente adequada que abarca a protecção das mulheres trans e LBQ.

No plano internacional, Angola ratificou a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos e o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, instrumentos que reiteram a obrigação dos Estados de protegerem todas as pessoas contra discriminação. O Comité de Direitos Humanos da ONU já afirmou, em diversas ocasiões, que a identidade de género está protegida pelas cláusulas de não discriminação previstas no artigo 26.º do Pacto.

Do ponto de vista doutrinário, Boaventura de Sousa Santos (2007) destaca que a efectivação dos direitos das populações marginalizadas depende de um processo de tradução cultural do Direito, tornando-o acessível, plural e emancipador. Da mesma forma, Makau Mutua (2002) sustenta que a efectivação dos tratados internacionais de direitos humanos exige compromisso institucional real e mudanças estruturais no interior dos Estados africanos.

Por fim, reafirma-se que a dignidade humana não pode permanecer como um princípio retórico. O Estado angolano deve adoptar medidas concretas que assegurem o reconhecimento e a protecção plena dos direitos das mulheres trans e LBQ. Somente assim será possível construir uma sociedade verdadeiramente democrática, plural e inclusiva, na qual o Direito se firme como instrumento de justiça social e transformação.

RECOMENDAÇÕES GERAIS

1. Logística e Acessibilidade

Adaptar a logística das formações à realidade local, com atenção especial a contextos urbanos como Luanda, oferecendo soluções para transporte e apoio financeiro aos participantes.

Assegurar o compromisso e a presença dos participantes por meio de incentivos e conscientização sobre a importância das formações.

2. Formação e Capacitação

Adequar os conteúdos das formações ao nível de experiência dos participantes, proporcionando conteúdos mais especializados para grupos mais experientes. Tornar obrigatória a formação de profissionais das áreas da saúde, justiça e segurança pública em temáticas relacionadas à diversidade sexual e de género. Promover campanhas educativas e culturais voltadas à desconstrução de estigmas e celebração da diversidade.

3. Educação e Conscientização

Realizar campanhas contínuas sobre diversidade sexual e de género nas escolas, famílias e comunidades, com foco especial nas zonas periféricas.

Combater preconceitos por meio de acções educativas permanentes, inclusive com formações para professores, funcionários públicos e líderes comunitários.

4. Apoio Psicológico, Jurídico e Comunitário

Criar espaços acessíveis de acolhimento psicológico e orientação jurídica para pessoas LBQTI+, especialmente vítimas de violência.

Fortalecer redes de apoio comunitário e espaços seguros para partilha de experiências, resistência e fortalecimento colectivo.

5. Segurança e Protecção Institucional

Melhorar a formação das forças de segurança para garantir um tratamento digno e não discriminatório as pessoas LBQTI+.

Implementar mecanismos eficazes de denúncia, responsabilização e punição de casos de discriminação e violência em ambientes públicos e institucionais.

Assegurar que as instituições públicas ofereçam atendimento inclusivo e respeitoso nos serviços de saúde e sociais.

6. Legislação e Políticas Públicas

Revisar a legislação nacional para incluir explicitamente a identidade de género e a orientação sexual como categorias protegidas.

Criar políticas públicas específicas de protecção para mulheres lésbicas, bissexuais e trans.

Promover a responsabilização penal efectiva de agressores, inclusive em contextos institucionais e religiosos.

7. Diálogo e Participação

Estabelecer momentos regulares de feedback durante as formações e projectos, para permitir ajustes contínuos baseados nas vozes dos participantes.

Criar espaços de diálogo e debate dentro da comunidade LBQTI+ para discutir identidade, discriminação e convivência em contextos heteronormativos.

8. Financiamento e Reconhecimento

Financiar e reconhecer organizações lideradas por mulheres lésbicas e trans como agentes fundamentais na defesa dos direitos humanos e na construção de políticas inclusivas.

CONCLUSION

The training in social research methodologies held in Luanda, Angola, and Maputo, Mozambique, represented an important milestone in the process of empowering and strengthening LGBTIQ+ movements in Lusophone Southern Africa. By providing practical and theoretical tools, the training helped expand activists' autonomy in knowledge production, encouraging more active and informed participation in the issues affecting their lives and communities.

The diversity of modules, the focus on ethical practices, and the promotion of archives and historical memories reinforced the notion that LGBTIQ+ activism must go hand in hand with data systematization and narrative preservation. Furthermore, the construction of transnational networks between Angolan and Mozambican organizations proved to be a strategic step toward consolidating the collective struggle and strengthening the capacity for political and institutional action.

Despite the overall success, the challenges faced during the training highlighted the need for continuous adaptation of pedagogical and logistical methods to local realities. Participants' differences in experience, availability, and socioeconomic backgrounds should be taken into account in future training initiatives.

The second part of the research demonstrated that trans and LBQ women in Angola face structural and systematic violence that manifests itself in various forms.

—physical, psychological, institutional, and symbolic—and which stems from state omission, social discrimination, and legal silence. This violence operates not sporadically or accidentally, but as a permanent mechanism of exclusion and invisibility, directly affecting these women's exercise of citizenship and enjoyment of their fundamental rights.

The Constitution of the Republic of Angola explicitly states, in Article 1, that human dignity is one of the foundations of the State. Articles 21 and 22 impose on the State the duty to promote equality and eliminate all forms of discrimination, reinforcing the mandatory implementation of inclusive public policies. Even so, the absence of specific standards protecting non-conforming gender identities highlights a regulatory gap that compromises the implementation of constitutional values.

Law No. 25/11 – the Law Against Domestic Violence, although it does not expressly mention LGBTIQ+ people, has sufficient scope in its Article 2 to cover situations of gender-based violence occurring within the family or in similar contexts. Its Article 3, by establishing the principles of dignity, non-discrimination, and equality, allows for a constitutionally appropriate interpretation that encompasses the protection of trans and LGBTIQ+ women.

At the international level, Angola has ratified the African Charter on Human and Peoples' Rights and the International Covenant on Civil and Political Rights, instruments that reaffirm the obligation of States to protect all individuals against discrimination. The UN Human Rights Committee has repeatedly stated that gender identity is protected by the non-discrimination clauses set out in Article 26 of the Covenant.

From a doctrinal perspective, Boaventura de Sousa Santos (2007) emphasizes that the realization of the rights of marginalized populations depends on a process of cultural translation of law, making it accessible, pluralistic, and emancipatory. Similarly, Makau Mutua (2002) argues that the implementation of international human rights treaties requires genuine institutional commitment and structural changes within African states.

Finally, it is reaffirmed that human dignity cannot remain a rhetorical principle. The Angolan state must adopt concrete measures to ensure the full recognition and protection of the rights of trans and LGBTQ women. Only then will it be possible to build a truly democratic, pluralistic, and inclusive society, in which the law is established as an instrument of social justice and transformation.

GENERAL RECOMMENDATIONS

1. Logistics and Accessibility

Adapt training logistics to local realities, with special attention to urban settings like Luanda, offering transportation solutions and financial support to participants.

Ensure the commitment and attendance of participants through incentives and awareness of the importance of training.

2. Training and Qualification

Adapt training content to the participants' experience level, providing more specialized content for more experienced groups.

Make mandatory the training of professionals in the areas of health, justice and public security in topics related to sexual and gender diversity.

Promote educational and cultural campaigns aimed at deconstructing stigmas and celebrating diversity.

3. Education and Awareness

Conduct ongoing campaigns on sexual and gender diversity in schools, families, and communities, with a special focus on peripheral areas.

Combat prejudice through ongoing educational initiatives, including training for teachers, public servants, and community leaders.

4. Psychological, Legal and Community Support

Create accessible spaces for psychological support and legal guidance for LGB-TQ+ people, especially victims of violence.

Strengthen community support networks and safe spaces for sharing experiences, resilience, and collective empowerment.

5. Institutional Security and Protection

Improve the training of security forces to ensure dignified and non-discriminatory treatment of LBQTI+ people.

Implement effective mechanisms for reporting, holding accountable and punishing cases of discrimination and violence in public and institutional settings.

Ensure that public institutions offer inclusive and respectful care in health and social services.

6. Legislation and Public Policies

Revise national legislation to explicitly include gender identity and sexual orientation as protected categories.

Create specific public protection policies for lesbian, bisexual and trans women. Promote effective criminal accountability for aggressors, including in institutional and religious contexts.

7. Dialogue and Participation

Establish regular feedback sessions during training and projects to allow for continuous adjustments based on participant input.

Create spaces for dialogue and debate within the LBQTI+ community to discuss identity, discrimination, and coexistence in heteronormative contexts.

8. Funding and Recognition

Fund and recognize organizations led by lesbian and trans women as key players in defending human rights and building inclusive policies.

REFERÊNCIAS LEGISLATIVAS E DOUTRINÁRIAS

Constituição da República de Angola (CRA)

Código Penal Angolano (Lei n.º 38/20)

Lei Contra a Violência Doméstica (Lei n.º 25/11)

Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, 1981.

Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos, 1966.

BOBBIO, Norberto (2004). *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. (C. N. Coutinho, Trad.). Elsevier. (Original publicado em 1992), p. 25 da edição brasileira.

Jorge Bacelar Gouveia, *Direito Constitucional de Angola*, Almedina, 2.ª edição, 2019, p. 253.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Caso Atala Riffo e Menores vs. Chile*. Sentença de 24 de fevereiro de 2012. Disponível em: <https://www.corteidh.or.cr/>. Acesso em: 09.04.2025

MUTUA, Makau. *Human Rights: A Political and Cultural Critique*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2007.

ARQUIVO DE IDENTIDADE ANGOLA (AIA). *Relatórios institucionais interno de acompanhamento de processos crimes no âmbito do apoio jurídico para LGBTQI+ e populações-chaves (2023–2024)*. Luanda: AIA, 2024.

ARQUIVO DE IDENTIDADE ANGOLA (AIA). *Relatórios institucionais interno sobre processo de consultas jurídicas nas comunidades para LGBTQI+ e populações-chaves*, Luanda: AIA, 2024.

LEGISLATIVE AND DOCTRINAL REFERENCES

Constitution of the Republic of Angola (CRA)

Angolan Penal Code (Law No. 38/20)

Law Against Domestic Violence (Law No. 25/11)

African Charter on Human and Peoples' Rights, 1981.

International Covenant on Civil and Political Rights, 1966.

BOBBIO, Norberto (2004). *The Age of Rights*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. (CN Coutinho, Trans.). Elsevier. (Original published in 1992), p. 25 of the Brazilian edition.

Jorge Bacelar Gouveia, *Constitutional Law of Angola*, Almedina, 2nd edition, 2019, p. 253.

INTER-AMERICAN COURT OF HUMAN RIGHTS. *Atala Riffo and Minors vs. Chile*. Judgment of February 24, 2012. Available at: <https://www.corteidh.or.cr/>. Accessed on: April 9, 2025

MUTUA, Makau. *Human Rights: A Political and Cultural Critique*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *The grammar of time: towards a new political culture*. São Paulo: Cortez, 2007.

ANGOLA IDENTITY ARCHIVE (AIA). *Internal institutional reports on monitoring criminal cases within the scope of legal support for LGBTQI+ and key populations (2023–2024)*. Luanda: AIA, 2024.

ANGOLA IDENTITY ARCHIVE (AIA). *Internal institutional reports on the legal consultation process in LGBTQI+ communities and key populations*, Luanda: AIA, 2024.

Detalhes da organização AIA

A AIA - Arquivo de Identidade Angola é um grupo de mulheres feministas LGBTQI (Lésbicas, Bissexuais, Transgénero, Intersexo e Queer) angolanas, criado em 2017, no intuito de celebrar as múltiplas identidades das mulheres angolanas.

Nossa missão é mudar as mentalidades em relação ao género e à sexualidade, para estimular a participação das comunidades LGBTQI em processos políticos e assegurar que o público respeite seus direitos fundamentais.

Buscamos garantir que as comunidades LGBTQI sejam respeitadas e que todos os seus direitos sejam assegurados por lei em todo o território nacional, promovendo uma sociedade mais justa e inclusiva.

Os princípios que orientam o nosso trabalho e as nossas relações estão enraizados no compromisso com a dignidade humana, a justiça social e o reconhecimento da diversidade. Estes valores são a base das nossas acções e escolhas diárias: solidariedade, coerência, honestidade, não discriminação. Igualdade, respeito, tolerância, confiança.

As nossas acções concentram-se em domínios estratégicos que visam promover a justiça social, proteger os direitos humanos e combater todas as formas de discriminação. Através destas áreas, buscamos transformar realidades, fortalecer comunidades e garantir dignidade para todas as pessoas.

Fundada em 2017, a AIA - Arquivo de Identidade Angola tem desenvolvido projectos em Angola nas áreas de cidadania, igualdade de género e combate à violência. Tem especial enfoque em minorias sexuais e de género, promovendo espaços seguros de escuta e diálogo, pesquisa e advocacia.

No âmbito do projecto “Para Além da Tolerância Monitorização da Violência Contra as Minorias Sexuais e de Género em Angola e Moçambique”, financiada pela Other Foundation, a organização liderou a concepção de formações, facilitação e documentação das rodas de conversa com mulheres trans, lésbicas e bissexuais em Angola, contribuindo para a produção deste relatório como instrumento de advocacia e memória colectiva.

Contactos e Redes

Email: contato@aiaangola.org
Instagram: [@aia_angola](https://www.instagram.com/aia_angola)
Web: www.aiaangola.org

